

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 07 DE ABRIL DE 2010

NÚMERO 6.155

**16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Gôes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Gôes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

DIRETORIA LEGISLATIVA**Coordenadoria de Publicação:**

Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:

Responsável pela impressão.

Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XVIII - NÚMERO 2155
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS
TIRAGEM: 6 EXEMPLARES

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 024ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 06/04/2010.....2
 Ata da 007ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 06/04/201012

Atos da Mesa

Ata da Mesa DL.....15

Publicações Diversas

Audiência Pública.....15
 Extratos18
 Ofícios19
 Portarias20
 Projetos de Lei.....22

PLENÁRIO

ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedit - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Faz uma homenagem póstuma ao vereador Michel Curi.
DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Relata o recebimento das quatro MPs.
DEPUTADA ODETE DE JESUS - Reporta-se ao Se Liga 16.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Solidariza-se com a deputada Odete de Jesus.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Abre mão de seu tempo em favor da manifestação do Sinte Saúde.
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Manifesta apoio à ouvida do Sinte Saúde.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica governo LHS; defende os servidores públicos; aborda o projeto que proíbe a venda das pulseirinhas do sexo em SC.
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Defende justiça salarial para os servidores da Saúde.
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Solicita que o governo envie nova MP à Casa.
DEPUTADO RONALDO BENEDET - Defende o governo LHS; reporta-se à segurança pública no estado.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se à MP 169/2010.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Agradece as palavras de apoio ao deputado Nilson Gonçalves.
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Tece considerações a respeito do governo LHS e a política salarial adotada.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Manifesta indignação com a atual situação.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Pede esclarecimento à Presidência da Casa a respeito da votação da MP da Saúde.
DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Pede esclarecimento à Presidência da Casa a respeito da votação das MPs.
DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Sugere gratificação de 40% para todos os servidores.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Sugere a retirada das MPs presentes.
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Presta esclarecimento sobre a votação ou não das MPs.
DEPUTADO DIRCEU DRESC (pela ordem) - Apela sensibilidade do governador.
DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Reforça que a decisão está nas mãos do Executivo.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Reforça a necessidade de o governador se posicionar com relação a uma nova MP.
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (pela ordem) - Apóia colocação do deputado Joares Ponticelli.
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR (pela ordem) - Defende a vinda de uma nova MP.
DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Defende a vinda de uma nova MP.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Defende a vinda de uma nova MP.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra conversa com o governador Leonel Pavan.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Defende a vinda de uma nova MP.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Não concorda que seja votada a admissibilidade das MPs.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Não concorda que seja votada a admissibilidade das MPs.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Não concorda que seja votada a admissibilidade das MPs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra a presença, nesta Casa, da deputada federal Angela Amin, a quem saúda e dá as boas-vindas.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Lício Mauro da Silveira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, senhores e senhoras, peço licença a todos os presentes e aos meus companheiros deputados para fazer uma homenagem póstuma a uma pessoa a quem considere muito, que foi meu amigo e que se chama Michel Curi.

(Passa a ler.)

"Hoje vou fazer uma homenagem póstuma a um grande amigo, uma pessoa que adorava a cidade de Florianópolis e era o seu grande embaixador por qualquer lugar que viajasse. Michel Curi já deixa muitas saudades.

Além de amigo, sempre foi um profissional de alto gabarito. Serviu à Assembleia Legislativa e à Câmara de Vereadores com o mesmo estilo elegante e fagueiro, como se fosse um jovem de 20 anos.

Para Michel não havia tempo ruim. Bastava um simples telefonema requisitando a sua presença para assuntos profissionais e lá estava ele estudando e levando a melhor mensagem para onde houvesse sido chamado. Podia ser para qualquer cidade brasileira ou da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, do Chile, da Bolívia, dentre outras.

Sua vida era feita de relações. Conhecia o Brasil de ponta a ponta e as mais ilustres figuras de cada rincão deste país, bem como tinha estreito relacionamento com pessoas e políticos da América Latina e da Europa. O mundo era pequeno para esse pequeno gigante de relações interpessoais invejáveis. Das relações surgiam, naturalmente, os compromissos, com palestras na área política, na área turística e na área sociocultural.

Tudo isso começou com a sua formatura em advocacia e a sua estreia na vida pública, acompanhando notáveis políticos da época. Foi assim que ingressou na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e galgou um dos postos mais importantes desta Casa Legislativa, chegando ao cargo de procurador-geral. Mesclava os seus afazeres profissionais com as suas lidas políticas, sem descuidar-se daquele que foi seu ganha-pão em toda a sua vida.

Exerceu a vereança na Câmara Municipal da capital por quatro legislaturas, sendo um dos grandes articuladores que aquela Casa teve. A sua influência era tal que, apesar de afastado e sem cargo eletivo, sempre era procurado pelos companheiros daquele Poder. Era um amigo que estava sempre à disposição dos amigos e dos companheiros.

Foi na Câmara Municipal que surgiu a sua paixão pela municipalidade. Era um estudioso e aficcionado pelas causas dos municípios, por isso era ligado aos mais eminentes profissionais das causas municipalistas, como, por exemplo, o seu grande companheiro, dr. Mayr de Godoy, advogado municipalista na capital paulista e um dos 'papas' municipalistas brasileiros. Por essa razão não rejeitava um convite sequer para falar, discutir ou prestar ajuda a qualquer município da América Latina.

Para entender melhor a sua paixão pelas causas municipalistas, vou tentar, em poucas palavras, repassar a história desse nosso colega catarinense em sua integração latino-americana.

Nos idos de 1988/1990, Sarney e Alfonsín começaram a discutir a integração Brasil e Argentina. Posteriormente, houve a inclusão do Uruguai e Paraguai, surgindo o Mercosul. Nessa época foi formado um triunvirato de vereadores representando as Câmaras de Vereadores de Florianópolis, Santa Maria e Curitiba, com os seus representantes, os vereadores Michel Curi, Mosar da Costa e Jorge Bernardi, respectivamente. Liderados por nosso colega Michel, estavam preocupados em saber a maneira como os pequenos e médios municípios do interior do país iam participar do Mercosul.

Decidiram propor a realização de um encontro latino-americano de lideranças municipais. Esse encontro realizou-se em Santa Maria, de 9 a 11 de maio de 1991, ocasião em que foi criado o Comitê Latino-Americano de Paramentos Municipais, cujo primeiro presidente, eleito por unanimidade, foi o vereador Michel Curi.

A partir de então começaram as reuniões e congressos do Comitê Latino-Americano na Argentina, no Brasil, no Chile, na Bolívia, no Paraguai e no Uruguai. Hoje, essa instituição estará realizando, em 2010, o seu 22º congresso e tem como presidente o *concerjal* (vereador) Oscar Serran, do município de Villa Rica, no Paraguai.

Esse comitê, desde o primeiro presidente Michel Curi, sempre trabalhou em comissões permanentes que discutiram o fortalecimento do municipalismo no Mercosul, a integração cultural e educacional, a defesa do meio ambiente, o agronegócio, o desenvolvimento da indústria, o comércio e serviços e a participação da mulher, dentre outros.

Em 2001, participou do grupo que fez uma avaliação das realizações do Comitê Latino-Americano, dentre as quais surgiu a decisão de criar o Centro de Integração Latino-Americano - Cilam -, que até hoje desenvolve trabalhos invejáveis para a América do Sul. É uma instituição não-governamental sem fins lucrativos, com o objetivo de trabalhar o apoio ao desenvolvimento dos municípios, empresas e instituições, da qual Michel Curi foi eleito o primeiro presidente.

Ele faleceu na semana retrasada, sendo vice-presidente do Cilam. Foi também um dos fundadores da União de Vereadores de Santa Catarina, tendo fundado também a Casa do Vereador, para dar guarida àqueles vereadores que vinham do interior sem ter qualquer condição de se hospedar num hotel. É lá que estava a casa fundada por ele.

Foi fundador também, além de presidente, da Associação das Coordenadorias Jurídicas das Assembleias Legislativas de todos os estados brasileiros. Foi ainda coordenador e organizador da caravana bioceânica com a finalidade de integrar o Oceano Pacífico ao Oceano Atlântico, ou seja, do porto de Iquique ao porto de Santos, passando, inclusive, por Florianópolis.

Vejam, por esta breve exposição, quanto grande idealizador e incentivador do municipalismo, do turismo e estudioso das necessidades integrativas dos municípios de médio e pequeno porte do Mercosul foi Michel Curi."

Muito ainda poderíamos falar sobre a vida dele, mas gostaria de dizer aos senhores, às senhoras, a toda sociedade florianopolitana e a sociedade catarinense que eu, assim como muitos amigos, estou prestando essa homenagem singela, sincera, que passa pelo prazer de ter convivido com ele e participado de muitas de suas ideias e realizações. É um legado público que quero compartilhar com todos vocês!

Meu amigo Michel, foi muito bom ter convivido contigo.

Durante o seu velório, ele teve o reconhecimento de 12 entidades latino-americanas do Paraguai, do Chile, da Argentina, da Venezuela, do Uruguai, do Brasil, onde ele atuou bastante. Enfim, a família recebeu diversas manifestações de Paramentos municipais, que lamentaram a morte do dr. Michel Curi.

Ele deixou esse legado que gostaria fosse registrado, sr. presidente, nos anais desta Casa. Iremos propor também que a Câmara Municipal de Florianópolis preste uma homenagem a esse grande batalhador e vereador municipalista, que tanto honrou não só a sua cidade, mas o estado de Santa Catarina.

Peço escusas aos senhores e às senhoras, pois o momento desta minha colocação não é propício, mas sou obrigado a fazê-la...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Lício Mauro da Silveira.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, quero comunicar a v.ex.a. que acabei de receber as quatro medidas provisórias que foram recentemente lidas no expediente da Casa. Recebi também o projeto de resolução da Mesa Diretora.

Hoje, pela manhã, deixamos a reunião da comissão de Constituição e Justiça em aberto para que à tarde, se fosse do entendimento de v.ex.a., os membros estivessem à disposição para votar, a partir deste momento, principalmente em homenagem às pessoas que estão aqui nos assistindo. E é um projeto de interesse dos servidores da Saúde, que se encontram presentes.

Portanto, sr. presidente, a minha comissão está à disposição de v.ex.a. Se assim desejar, nós apreciaremos a admissibilidade ainda hoje para que o Plenário também possa votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Romildo Titon, esta Presidência não tem nenhuma objeção

de suspender a sessão. Basta que haja um acordo dos srs. líderes. Se concordarem, suspenderemos a sessão até o horário dos Partidos Políticos para que as comissões possam reunir-se e analisar as matérias.

Há concordância, deputado Antônio Aguiar e deputado Sargento Amauri Soares?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero fazer um encaminhamento sobre a questão de ordem do deputado Romildo Titon.

Estamos de acordo, até porque debatemos isso, pela manhã, na reunião da comissão de Constituição e Justiça. No entanto, falta justamente isto que v.exa., parece-me, já está encaminhando: definir um horário para reabrir a sessão e para que ela não seja encerrada com essa suspensão. Então, falta definir um horário para que possamos retomar a sessão ainda hoje com a Ordem do Dia e com as demais partes da sessão ordinária normal.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, v.exa. dará um espaço nas Breves Comunicações para que esta deputada se manifeste? E parece-me que o deputado Sargento Amauri Soares estava colhendo assinaturas para que um integrante do sindicato possa manifestar-se. Eu concordo, mas gostaria também de ocupar a tribuna, sr. presidente. Eu me inscrevi, pois na semana passada houve um feriado longo. O horário do meu partido é só de cinco minutinhos, uma vez por semana. Não sei como v.exa. irá administrar esse posicionamento dos colegas deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputada Professora Odete de Jesus, na reabertura da sessão considerarei os seus dez minutos.

A proposta, srs. deputados, é que a sessão seja suspensa até o horário dos Partidos Políticos, para que as comissões possam reunir-se e discutir os projetos aos quais se referiu o deputado Romildo Titon.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Nós, do Partido dos Trabalhadores, concordamos com esse encaminhamento, uma vez que já havíamos conversado durante a reunião da CCJ pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo concordância entre os srs. líderes, esta sessão fica suspensa até o horário dos Partidos Políticos.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Em Breves Comunicações, com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, esta Casa Legislativa tem sido muito visitada. É incrível! Temos recebido inúmeros funcionários que muitas vezes têm que sair do seu trabalho para vir brigar e reivindicar seus direitos, porque existe a discriminação e a injustiça.

Eu sou da seguinte opinião: quando existe uma família, o pai divide o pão para que todos os filhos comam. O pão tem que ser dividido para que todos saiem a fome, e não se deve arrancar o pão da boca do outro filho! Ou dá-se para todos ou não se dá para ninguém!

(Palmas das galerias)

Eu sou contra a discriminação!

Deputado Marcos Vieira, o ideal para os servidores da Saúde é que se defenda a busca do tratamento isonômico e das gratificações concedidas a todos os trabalhadores de serviço público estadual.

Postulamos que a gratificação fazendária conferida somente aos servidores de nível superior seja estendida, por questão de justiça, a todos os funcionários da Saúde que atuam nos hospitais, na linha de frente, que enfrentam os desconfortos e os problemas diários.

Eu frequento os hospitais e sei que, muitas vezes, os enfermeiros estão limpando fezes, dando banho, cuidando das pessoas. Será que não merecem um aumento? Merecem, sim! Nós vamos brigar por esse direito! Ou todos ganham ou, então, não se dá para ninguém!

(Manifestações das galerias)

Deputado Marcos Vieira, presidente da comissão de Finanças e Tributação, da qual participo, quero dizer que já estou dando o meu posicionamento: ou é para todos ou não se dá para ninguém!

(Manifestações das galerias)

Agora, quero agradecer ao deputado Joares Ponticelli, este grande homem público. Ele é presidente da Escola do Legislativo e apreciou, com carinho, a proposição desta deputada sobre a campanha Se Liga 16, que é uma campanha em nível nacional. Ele apreciou a matéria e deu parecer favorável. E hoje, no Auditório Antonieta de Barros, às 9h, teríamos a presença dos representantes da União Estudantil, da Procuradoria-Geral de Justiça, na pessoa do dr. Gercino Gerson Gomes Neto, do Tribunal Regional Eleitoral, da União dos Estudantes Secundários, e dos demais segmentos estudantis.

Entretanto, o evento foi cancelado devido à greve dos professores. Por isso estamos vendo outra data, deputado Joares Ponticelli, provavelmente seja no dia 15 deste mês. E v.exa. está sempre dando sinal positivo para as coisas boas. V.Exa. é do bem, nem deixou esta deputada concluir e já está dando o sinal de positivo. Então, no dia 15 de abril, às 14h, Santa Catarina estará oficializando a campanha Se Liga 16!

Os jovens de hoje sofrem, dentro de casa, a falta de alimento. As famílias sofrem toda sorte de discriminação. Mas são esses jovens, deputado Joares Ponticelli, os futuros governantes, os futuros deputados, vereadores e prefeitos. Eles estão dando a sua contribuição, participando do pleito eleitoral.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Pois não. V.Exa. está fazendo um belo trabalho como presidente da Escola do Legislativo. Por isso foi reeleito para essa cadeira tão preciosa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre deputada, v.exa. sabe que minha origem é no magistério, assim como v.exa., que durante toda sua vida contribuiu para com o magistério público catarinense.

De fato me realizei muito na escola porque talvez lá encontre a minha real atividade também. Mas a escola não alcançaria o sucesso que graças a Deus vem consolidando a cada ano não fossem

parlamentares comprometidos com o crescimento e com o fortalecimento da mesma, como v.exa.

V.Exa. é uma das principais sócias da Escola do Legislativo. Oferece contribuições com muita frequência e sempre traz temas extremamente importantes.

O prazo para a confecção do título eleitoral é no dia 05 de maio. Já estamos a menos de 30 dias. É importante fazer esse evento para que o jovem de 16 a 18 anos de idade exerça esse direito, escolhendo o partido que quiser, o candidato que quiser e participe, porque não há outra forma de construir uma sociedade melhor. E quando o voto for errado, muda na próxima. Mas não vai melhorar, se não participar. A tendência é piorar.

Então, conscientizar esses jovens é extremamente importante. V.Exa. sabe que de nossa parte houve pronto atendimento. Infelizmente, o cancelamento hoje não foi ocasionado pela escola, foi a própria UCE e alguns segmentos que o solicitaram. Mas vamos atender a próxima data, porque é mais uma proposta que a grande deputada Professora Odete de Jesus traz à nossa escola, que será plenamente atendida, assim como as demais.

Obrigado pela contribuição que v.exa. tem dado à Escola do Legislativo.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Agradeço seu aparte, nobre deputado.

Sabemos que essa campanha está na mídia para que todos os jovens possam participar da vida pública, contribuir, avaliar seus candidatos. Votar em candidato de qualquer agremiação partidária é participar e estar inserido no processo eleitoral.

Então, quero avisar, em todos os municípios que a TVAL está atingindo, que no dia 15, às 14h, nós contaremos com a presença dos jovens, dos cidadãos, das mães. Se os jovens não puderem comparecer, que os pais possam estar participando para ficarem inteirados desse processo tão importante, porque a vida política é a bússola que leva ao rumo da qualidade de vida.

E quero dizer também que essa proposta do Se Liga 16 veio da nacional, através do nosso presidente dr. Vitor Paulo, que sugeriu a esta deputada que desse entrada a essa proposta neste Poder Legislativo.

Quero agradecer o apoio de todos as sras. deputadas e os srs. deputados.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

Passaremos ao Horário dos Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, estamos apresentando um requerimento feito pelo nosso gabinete e assinado por todos os líderes partidários, aos quais queremos agradecer a gentileza.

Sei que estamos atrasados. Inclusive, eu seria o primeiro orador a fazer uso da palavra, representando o PDT. Mas abro mão desse tempo, justamente para oportunizar aqui que o Sinte Saúde possa fazer uso da palavra neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Nós temos o requerimento em nossas mãos, com a concordância de todos os srs. líderes. Quero agradecer o deputado

Sargento Amauri Soares, que abre mão dos seus cinco minutos. E com os cinco minutos do PTB, nós suspendemos a sessão por dez minutos para que o representante do Sinte possa ser ouvido.

O Sr. Deputado Cesar Souza Junior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, na mesma esteira, gostaria também de manifestar o apoio para que ouçamos aqui o representante do Sinte Saúde, para que possamos até, na sequência das manifestações com relação a esse tema, ter mais subsídios para podermos falar.

Então, é importante ouvir aqui a representante dos trabalhadores da Saúde de Santa Catarina. E manifestamos o nosso apoio a essa atitude do deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Cesar Souza Júnior.

Está suspensa a sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campanha) - Estão reabertos os trabalhos.

Quero mais uma vez agradecer aos deputados Narcizo Parisotto e Sargento Amauri Soares por terem cedido os minutos destinados aos seus partidos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham, servidores esquecidos e injustiçados que passaram a Páscoa crucificados e que não conseguiram a ressurreição ainda, porque dependem do salário para resgatar a dignidade da família e da sua atividade, e outros tantos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, aqueles que não puderam vir, porque o sentimento de injustiça, como disse antes, é generalizado.

Eu não consigo compreender como um governo conseguiu terminar tão mal. Parece que ele desaprendeu toda aquela articulação que fez durante sete anos. E era previsível, porque a mentira tem prazo de validade! A expectativa que foi gerada para o servidor... Nós sabíamos que isso ia acabar acontecendo, como os policiais civis e militares sentiram com a Lei Complementar n. 254, que esperam desde 2003, quando foi dado aquele calote no primeiro mandato. E depois foi o calote no magistério e na Saúde.

A presidente do sindicato de vocês, Edileusa, para que todos saibam, tem carreira nesta Assembléia. Ela está mais aqui do que no sindicato, e eu sou testemunha disso. Não sou do mesmo partido, não tenho nenhuma vinculação com ela, mas tenho que ser justo, é verdade quando ela diz que é um dos sindicatos mais presentes nesta Casa. É verdade! Nesses sete anos eu acho que foi o sindicato mais presente aqui. Foi o sindicato que encaminhou para nós, parlamentares, o maior volume de documentos. Eu invoco o testemunho dos pares aqui. Não passava dois ou três meses sem vir um documento lembrando o compromisso, dizendo que o governo não está fazendo nada.

O sindicato foi atuante, sim. Eu tenho que dar esse testemunho aqui por questão de justiça. Justiça não houve do

governo, desse governo trapalhão e fujão. E aí o Luiz Henrique assinou, se mandou, na renúncia-fuga - fuga de compromissos, fuga da justiça e de outras coisas -, e mandou o primeiro pacote da injustiça e da maldade para cá. O presidente Gelson Merísio, no exercício do governo, recebeu a primeira carga da pressão e em respeito ao servidor e a este Parlamento consertou o que pode. Agora vem o governo dizer que não sabia que havia outras categorias de fora?! Meu Deus do céu! E eu disse agora na imprensa que isso é subestimar a inteligência do servidor, do cidadão, do catarinense! Isso é subestimar a inteligência de vocês.

Meu querido amigo deputado Elizeu Mattos, que se tem esforçado, sim, não existe outra saída para o governo a não ser retirar tudo o que está aqui e conceder um aumento, ou na forma de abono ou de reajuste linear, para corrigir a injustiça que está promovendo. Porque vocês estão aqui, mas existem milhares de outros, estado a fora, completamente esquecidos. E são irmãos nossos, são colegas nossos. E ainda tem o aposentado, que vocês devem conhecer, que nesses sete anos teve 1% de aumento, em 2003, e R\$ 100,00 de abono em quatro parcelas do "Magazine do Luizão", em quatro, suaves, longas prestações que nem as Casas Bahia fazem mais.

Esse é o tratamento que foi dado nesse período, deputado Dionei Walter da Silva, esse é o tratamento discriminatório, de favorecimento para alguns, de secretários que trabalharam até a última hora para defender as suas igrejinhas, os seus eleitores, a sua pretensão de voto, achando que iam fazer média com o eleitorado. E agora vem o governo dizer que não sabia? Se não sabia, tem que renunciar ao mandato por incompetência, tem que dizer que vai embora! (Manifestações das galerias)

A bucha está no colo do governador Leonel Pavan, porque o ex-governador Luiz Henrique amou tudo isso, picou a mula, ninguém sabe aonde anda, não se explica. E junto aos seus o silêncio é profundo! Agora, governador Leonel Pavan, v.ex.a. só tem uma salvação, uma saída para essa injustiça monumental que esse governo cometeu minutos antes da fuga, antes de sair pela porta dos fundos: promover um reajuste linear para todos os servidores, para os aposentados também, ou um abono, até ser encontrada uma solução, porque não existe ninguém feliz com o que está aí. Ninguém está satisfeito.

Nós estamos aqui. Os 13 da Oposição não faltarão com vocês, nós não faltaremos. Se não mudarem nada do que está aqui, nós vamos mudar com emendas. E podem dizer: "Mas com as emendas pode ser apresentada uma Adin!" Vai existir Adin, se o governo entrar! Tenho certeza de que aqui na vizinhança, deputado Onofre Santo Agostini, no Tribunal de Justiça, nós vamos encontrar eco, e se tivermos que ir até lá discutir, nós vamos. Vamos encontrar eco, porque será fácil provar que o servidor público de Santa Catarina foi discriminado, marginalizado e maltratado por um governo que só pensou no chovavo, no acerto político, no toma lá dá cá. Foi isso que aconteceu, lamentavelmente!

(Manifestações das galerias)

Portanto, nós estamos aqui para fazer a nossa parte. Além do mais, existem outras medidas compensatórias que podem e devem ser adotadas, que nem implicam no limite de responsabilidade. Por exemplo, reajustar imediatamente o vale alimentação. Porque isso atinge todos os servidores.

(Palmas das galerias)

É preciso começar a corrigir as injustiças. O reajuste imediato do vale alimentação não implica em nenhum comprometimento de índices. E existe dinheiro para isso, pois o estado comemora que bate recorde na receita todo mês. Ou seja, existe dinheiro.

O governador Leonel Pavan, que recebeu essa herança e agora tem a responsabilidade de administrar, precisa começar a mostrar que está sensibilizado. E se não vier para cá, nós vamos apresentar as emendas e vamos brigar onde tivermos que brigar. Nós continuaremos junto de vocês.

(Palmas das galerias)

Mas paralelamente a isso temos que buscar formas de compensação com uma imediata correção do abono salarial.

Por fim, deputado Narcizo Parisotto, hoje votamos na comissão de Constituição e Justiça o projeto de v.ex.a. que proíbe a comercialização dessa praga das pulseirinhas do sexo no estado de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

Nós temos que banir essa prática! E quero apelar à comissão de Educação, deputado Pedro Uczai, que se reunirá amanhã à tarde, para proibirmos a comercialização dessas pulseirinhas. E amanhã mesmo votarmos aqui no plenário, para proibir em todo estado que pessoas ganhem dinheiro com a venda dessa praga das pulseirinhas do sexo, colocando os nossos filhos, os alunos catarinenses, em risco todo dia. E amanhã esta Casa terá que dar essa resposta proibindo a comercialização dessa praga dessa pulseira aqui no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas nas galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Só para esclarecer, na condição de presidente da comissão de Educação e Cultura, que hoje teremos uma reunião, às 18h, e todos os deputados estão convocados.

Entre outras matérias que vamos discutir e deliberar, este projeto também estará em pauta na comissão e estará pronto para ser deliberado em plenário amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, servidores que vêm hoje a esta Assembleia em busca do reconhecimento dos seus direitos e todos aqueles que nos acompanham através da TVAL.

Senhoras e senhores, este dia é para mim um dos dias mais tristes que eu vivi nesses quase três anos e meio aqui neste Parlamento representando o povo de Santa Catarina. Ver pessoas que salvam vidas serem destruídas, desrespeitadas dessa maneira é uma coisa que dói em nossos corações.

Eu tive a oportunidade, assim como milhões de catarinenses, de ter a vida de um irmão salva pelo sistema público de saúde de Santa Catarina, no Hospital Infantil, em 1982. E sei desse trabalho duro, difícil, penoso, crucial que os nossos servidores da Saúde desenvolvem. E é lamentável que essa política salarial que vem sendo feita de forma picadinha, cada setor recebendo um projeto separado, sem haver uma discussão geral,

tanto de salário quanto sobre as condições de trabalho, enfim, essa política salarial desastrosa faz com que tenhamos aqui, nesta tarde, tantos servidores em busca de justiça.

Deputado Onofre Santo Agostini, nós nos manifestamos pela vinda do projeto que trouxesse também aos servidores da Saúde do estado a gratificação merecida. Não era esse projeto que queríamos. Queríamos um que atendesse a todos os servidores, principalmente àqueles que estão na ponta, no dia-a-dia, do trabalho difícil que desenvolvem. E é por isso, deputado Onofre Santo Agostini, que faço um apelo: se estiverem nos assistindo agora, lá no Centro Administrativo - e sei que estão -, nós, aqui, votamos vários projetos de incentivo ao setor produtivo, concedendo isenções e regimes especiais para empresas; então, por que não separarmos um pouquinho lá do caixa do Tesouro para atender a esses servidores que estão precisando da nossa ajuda, do nosso apoio?

Então, a quem estiver nos assistindo agora, lá, vai um alerta também: nunca se sabe quando vamos precisar dos serviços da Saúde. E na hora que qualquer um de nós precisar, quem vai estar lá para nos atender serão esses servidores que estão aqui lotando nossas galerias, serão aqueles que nos acompanham por todo o estado de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

Então, se nos estiverem vendo, deputado Onofre Santo Agostini, faço aqui este apelo em nome da bancada do Democratas, como seu líder. Então, mandem para cá uma medida ainda no dia de hoje, que possa tratar de maneira igualitária todos os servidores, para valorizar os profissionais da área da Saúde em Santa Catarina. Mandem para cá, reconheçam esse erro, esse crime que está sendo cometido. Caso isso não aconteça, deputado Onofre Santo Agostini, e haja a necessidade de uma emenda parlamentar para fazer essa equiparação, eu já antecipo aqui a posição da bancada, acolhida hoje na hora do almoço, quando decidimos votar favoravelmente a uma emenda que venha recolocar as coisas nos trilhos da justiça salarial dos nossos servidores.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não, meu professor, deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Cesar Souza Júnior, como poderia chamá-lo de aluno, haja vista que v.exa. se revelou um grande professor, uma pessoa extraordinária? E eu não poderia esperar outra posição de v.exa. que não essa. Quero cumprimentar o ilustre deputado que nos lidera pelo pronunciamento e conduta neste Parlamento. Quero dizer também que tenho muito prazer e muita honra de ser liderado por v.exa. e, repito, não poderia esperar outra posição se não essa, ponderada, demonstrando calma e sabedoria. Acho que são verdadeiras as afirmações que v.exa. está fazendo, pois quando mandam um aumento aqui, uma gratificação ali, de forma picada, dá no que dá, ou seja, insatisfação dos servidores.

Por isso, v.exa. tem toda razão e tem a nossa solidariedade. Mas por outro lado, queremos fazer justiça ao governador que está assumindo agora e pedir que ele estude uma forma e que mande ainda hoje uma medida provisória para corrigir todos os equívocos que, porventura, tenham sido apresentados. Mais uma vez cumprimento v.exa.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Deputado Onofre Santo Agostini, clamo ainda que tenhamos o bom senso restabelecido, que possam atender a esse pleito, que é justo, justíssimo. Tive a oportunidade de ver alguns contracheques que alguns servidores trouxeram e confesso que fiquei envergonhado, como parlamentar e como catarinense, do que pude ver, pois a situação é grave.

Então, se tivermos que cortar alguma coisa no custeio do estado, que seja em outra ponta, pois existe muita coisa que pode ser economizada. Então, que se faça um esforço e mandem para cá essa lei. E se preciso for, que se corte algum gasto desnecessário neste estado, mas que se faça um esforço para atender a essa categoria. É isso que estamos pedindo, ou seja, que seja feita justiça e que tenhamos também a interrupção dessa política salarial feita por setor.

O servidor público tem que ser tratado de maneira uniforme, deputado Pedro Uczai, com uma política clara, justa, objetiva, para não ter que vir aqui, desunidos, às vezes, por essa política, para tratar pontualmente cada situação; o servidor público tem que ter um tratamento equânime, igualitário. E principalmente aqueles que estão na ponta, lidando com o dia-a-dia do problema, têm que ser valorizados.

Então, srs. deputados, faço aqui este apelo da bancada do Democratas, no sentido de que se possa ainda corrigir o que está sendo feito: que os técnicos, as cabeças privilegiadas do Tesouro façam um esforço e, se tiverem que cortar de outro lugar, que se corte, mas que atendam aos servidores da Saúde que trabalham no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Cesar Souza Júnior.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Ronaldo Benedet, por até dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente, srs. deputados, volto a esta Casa depois de alguns anos fora, pois com grande satisfação estive servindo ao governo do estado, ao povo de Santa Catarina, à frente da secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Quero, inicialmente, saudar os deputados colegas e todos aqueles que nos visitam nesta Casa do Povo. No espírito democrático todas as reivindicações salariais são legítimas, todos os movimentos são bem-vindos, por isso a Casa do Povo recebe todos aqui.

Mas quero falar sobre o governo ao qual servi, inicialmente ao governador Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira e agora ao governador Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan, e principalmente ao deputado Joares Ponticelli, porque o governador Luiz Henrique da Silveira não pode ser desrespeitado pela Oposição através dos adjetivos que foram dirigidos a um homem altivo, que com dignidade governou Santa Catarina por sete anos.

(Manifestações das galerias)

A Casa do Povo é o lugar para o qual todos vêm, porque mesmo na ditadura militar ela ficou aberta a todos os movimentos democráticos do nosso estado. E no estado de direito em que vivemos, ela deve estar aberta

a todos. E os nossos princípios republicanos e democráticos são de respeito a todos e a todas que aqui falam, que falam, sejam deputados ou representantes de categorias, eis que esta Casa, de forma democrática, abre-se para todos se manifestarem.

Não posso deixar de dizer que servi ao governador Luiz Henrique da Silveira como secretário, mas, acima de tudo, a convite dele servi ao povo de Santa Catarina e ao nosso estado, obviamente no tocante à segurança pública.

Felizmente, no meu último dia como secretário, recebi a notícia que mais uma vez durante o nosso mandato por Santa Catarina o nosso foi considerado o estado mais seguro do Brasil. Obviamente que não foi feito nesses sete anos tudo o que era para ser feito. Até mesmo hoje está aqui uma categoria legitimamente fazendo suas reivindicações por melhorias salariais.

No passado, durante a ditadura, entre aqueles que aqui hoje se manifestam de forma demagógica para agradar a plateia muitos serviram aos governos autoritários. E se qualquer cidadão como os senhores aqui estivesse como estão sairia daqui preso. A democracia é para vocês, inclusive, poderem manifestar-se, fazer as suas reivindicações, seus reclamos.

O tema que trago, e peço desculpas, refere-se à Segurança Pública, mais especificamente ao tempo em que servi ao estado e ao povo de Santa Catarina. Pelo trabalho que realizamos na estrutura da Segurança Pública fomos muitas vezes elogiado e muitas vezes criticado pela imprensa e por esta Casa. Agradeço pelas críticas construtivas que recebi. Agradeço pelas críticas dos deputados, da imprensa, críticas que nos fortaleceram, que nos deram forças para buscar o melhor para o estado e para o povo de Santa Catarina. Agradeço também aos turistas que vieram visitar-nos em busca de tranquilidade, de segurança, de lazer, porque o estado de Santa Catarina, por três vezes consecutivas, foi escolhido nos últimos três anos como o melhor destino turístico do Brasil. E dois itens foram fundamentais: a gastronomia, em função da diversidade de etnias, pelas comidas tradicionais do nosso estado, pela nossa culinária, e a segurança pública, no comparativo com os demais estados do nosso país.

Nos anos do nosso governo é claro que não conseguimos agradar a todos por onde andamos, deputado Antônio Aguiar. Mas recebemos muitos elogios do governador Luiz Henrique da Silveira. Em todas as regiões, nunca houve tanta distribuição de recursos públicos, porque no passado só governavam para a capital e de costas para o interior. Só quem é do interior, como nós, deputado Romildo Titon, sabe do sofrimento, do abandono em que ficamos por muitos anos, mas agora, com a descentralização, com a distribuição dos recursos por toda Santa Catarina, vemos os investimentos, o desenvolvimento pelo interior do estado.

Na sua região, deputado Reno Caramori, v.exa. fez uma aposta de que caminharia de joelhos e a pé se a rodovia da sua região fosse asfaltada. No entanto, não foi exigido que v.exa. fosse de joelhos, mas foi a pé, na rodovia que v.exa. desafiou e foi realizada. Pelo menos me informaram que v.exa. participou de uma caminhada com o governador.

Luiz Henrique foi o governador que mais investiu no estado de Santa Catarina, como, por exemplo, na área de Segurança Pública, com o número de contratações, de melhorias salariais e de promoções,

exatamente para que houvesse estímulo para que os nossos colaboradores pudessem trabalhar cada vez mais e oferecer melhores resultados.

Infelizmente, esse não é um número muito bom de falar, pois eram seis mil presos em Santa Catarina e, infelizmente, estamos, esse é um trabalho de polícia, com 14 mil presos em nosso estado. Nunca a Polícia produziu tanto na história, porque também contratamos mais de cinco mil novos servidores na Segurança Pública.

Quero dizer que o nosso governo procurou fazer muito na área de Segurança Pública. Só como exemplo, para que pudéssemos interiorizar o trabalho de indústrias de ponta para o desenvolvimento industrial, saímos de 35 cidades com bombeiros militares para 91 cidades com bombeiros militares em Santa Catarina. Quase três vezes mais, deputado Genésio Goulart, do que tínhamos antes do nosso governador Luiz Henrique ter entrado no governo.

Por isso, quero dizer que o governador Luiz Henrique, por força de lei, teve que sair, não por outros motivos como disse aqui, de forma pejorativa, o deputado Joares Ponticelli, mas porque vai ser candidato a senador pelo nosso partido. Esse é o nosso governador Luiz Henrique da Silveira. E acho que a democracia, que o resultado das urnas, é que vai dizer, não nós.

(Manifestações das galerias)

Outra questão a que quero referir-me, já que estamos aqui debatendo e que há um grande número de pessoas da Saúde presente, é que a Segurança Pública foi colocada ao longo dos anos por alguns como se fosse responsabilidade somente da Polícia. E muitas vezes também, quando não se queria falar da Polícia, falava-se do secretário de Segurança Pública. Mas temos que ter a visão de que Segurança Pública é algo muito complexo, que não é só polícia e cadeia, mas uma boa estrutura de educação.

Em 40 anos o Brasil e Santa Catarina mudaram. Grande parte da população mora nas cidades. E a relação entre pais e filhos mudou muito, porque os pais saem para trabalhar, os filhos vão para a escola num período e no outro acabam ficando muitas vezes à mercê de pessoas que as orientam mal. E nós, da secretaria de Segurança Pública, não temos uma estrutura para ficar a cargo da educação. Portanto, saímos de lá com a convicção de que temos que ter escolas em tempo integral, principalmente para as crianças da área de risco social.

Srs. deputados, 80% de nossos crimes, de nossas ocorrências policiais, têm ligação direta ou indiretamente, mas mais direta, com as drogas legais, que é o caso do álcool, e drogas ilegais, drogas ilícitas, como é o caso do crack, da cocaína e da maconha. E que tipo de trabalho nós precisaríamos ter, porque nós, da estrutura da Segurança Pública, não tínhamos a não ser o Proerd, da Polícia Militar, e os Consegs, Conselhos Comunitários de Segurança Pública, que procuramos implementar no nosso estado?

Os modernos pensadores do mundo na área de segurança trabalham com três questões fundamentais em relação à droga. Eu quero dizer que temos três pontos: a repressão, que fizemos muito bem, tanto é que tiramos muitos criminosos das ruas, estamos com 14 mil presos; a informação, que é uma forma de prevenção, deputado Antônio Aguiar - informar às nossas crianças, aos nossos adolescentes, aos nossos jovens, e a escola tem essa responsabilidade em primeiro lugar, seja de ensino fundamental, de nível médio ou universitário -; e a redução de danos,

deputado Serafim Venzon, v.exa. que é médico.

Portanto, é preciso que o estado tenha instituições oficiais para poder reduzir os danos dos efeitos do crack, da cocaína, da maconha e de outras drogas, mas essas são as principais. Embora isso seja muito mais caro, muito mais difícil, é preciso que esses três pontos sejam bem tratados. Inclusive, um já está sendo muito bem feito, porque a Polícia nunca obteve tantos resultados quanto nos últimos sete anos, mas os outros dois pontos ainda são um desafio ao estado. E o estado, como política pública, e todos os partidos, têm que trabalhar essa ideia da informação à sociedade em todos os canais de televisão; têm que informar às igrejas de todos os credos, deputado Padre Pedro Baldissera. Precisamos trabalhar mais a questão da informação. E é importante também a questão da redução de danos, pois é fundamental o apoio às famílias que possuem filhos perdidos nas drogas, porque quem tem um parente drogado sabe que ele, antes de ser um criminoso, de praticar um crime, é um doente que precisa ser tratado como doente pelo estado como um todo, seja em nível municipal, estadual ou federal.

Quero dizer da satisfação de poder estar aqui na Assembleia revendo os colegas, esta Casa de Leis, com esse espírito democrático de que todos podem dar a sua opinião, contribuir com o seu trabalho, com o seu voto, buscando, acima de tudo, de forma clara, esclarecer a sociedade sobre seus pontos, mesmo que não seja sob o meu ponto de vista. Mas a Casa do Povo existe para que possamos manifestar com liberdade as nossas opiniões, sem medo de qualquer tipo de represália.

Este Poder sobreviveu às ditaduras e vai continuar sobrevivendo, para o engrandecimento do nosso estado. Com certeza esse é o melhor estado do Brasil em índices econômicos, em índices de segurança, de educação, de saúde, de emprego, de produtos de exportação que produzimos. O nosso estado é o maior exportador de alimentos do Brasil, o maior exportador de frangos do Brasil e está em quarto lugar na exportação de suínos. O nosso estado nos dá orgulho e é destaque em todo o território nacional.

Por isso a nossa satisfação em estar aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a Casa do Povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, o nosso colega Ronaldo Benedet, que está retornando da secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina para este Parlamento, esteve na tribuna falando sobre a questão da segurança pública e sobre a questão salarial. Eu só gostaria de registrar que existe também uma grande mácula nessa secretaria, mas teremos as próximas semanas e meses para debater essas questões nesta Casa e expor os nossos pontos de vista acerca desse e de outros elementos da segurança pública no nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, demais pessoas que acompanham esta sessão, especialmente os telespectadores da TVAL e as pessoas que nos visitam, evidentemente que o assunto em pauta que não está sendo discutido somente no dia de hoje, pois também tomou por completo a sessão anterior da semana passada, certamente será objeto de muita discussão, de muita visitação na Assembleia por parte dos servidores públicos e terá uma importância muito grande para o trabalho das principais comissões desta Casa, especialmente as comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e as comissões temáticas, as quais irão tratar dessas inúmeras mensagens enviadas pelo Executivo para cá em forma de medida provisória.

Dentre todas essas medidas provisórias algumas estão com problemas na sua elaboração e mereceram retificação e alguns complementos, pois ainda temos discrepâncias em muitos segmentos do funcionalismo público deste estado. Mas gostaria de me ater, principalmente, à questão da Segurança Pública, à questão dos oficiais, onde estão contempladas as gratificações, à Medida Provisória n. 169/2010.

Eu não tenho nenhuma afinidade ideológica com o deputado Sargento Amauri Soares, eu até diria que temos pontos opostos em relação às questões ideológicas, mas temos algumas coisas em comum, entre as quais posso destacar, principalmente, essa verdadeira injustiça que se está cometendo com os nossos soldados rasos, essa rapaziada que chamamos de praças e que estão na linha de frente, estão dando a cara para bater, estão colocando as suas vidas em risco para nos defender, para nos dar segurança. E essa medida provisória, lamentavelmente, veio para cá com uma discrepância fenomenal: R\$ 2.000,00 de gratificação para os oficiais e R\$ 250,00 de gratificação para os praças, não atendendo sequer ao que prevê a própria lei.

Acredito e tenho convicção absoluta de que na sequência dos trabalhos, nesta Casa, da comissão pertinente, que é a comissão de Segurança, e das principais comissões, que são a de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, nós possamos consertar e melhorar essa situação. E já houve quem dissesse que eu estou trabalhando contra os oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Eu quero dizer que a maior parte dos amigos que tenho está no oficialato e a maior parte das pessoas que não gosta de mim trabalha como praça. Mas eu não estou nem vim para esta Casa para defender interesses de pessoas que gostam ou deixam de gostar de mim. Eu tenho que vir para cá para defender interesses da Justiça, da equidade, junto, nesse caso específico, com a questão de gratificação no setor da segurança pública.

Eu quero acreditar, deputado Sargento Amauri Soares, que nós, no decorrer dos trabalhos, consigamos, pelo menos, que seja diminuída a gratificação de R\$ 2 mil para os oficiais, baixando para R\$ 1.500,00 ou R\$ 1.000,00, ou que seja aumentada a gratificação dos praças. O mais coerente, o mais correto, o mais sensato seria manter esses R\$ 2 mil, mas que fosse dado pelo menos R\$ 750,00 para os praças e não esses míseros R\$ 250,00. Senão não teremos como exigir que um soldado raso, um praça cheio de problemas, de contas para pagar, vá trabalhar

com vontade, tendo que receber, ao chegar ao trabalho, ordens de um oficial que foi bem aquinhoado financeiramente por parte do governo. Eu acho até que esse oficial vai ficar constrangido de dar uma ordem a um praça depois de configurada essa situação nesta Casa, depois de sacramentada essa medida provisória da forma como está.

Vai ser criada uma situação constrangedora e vai gerar ainda mais má vontade por parte dos praças para trabalhar, porque ninguém trabalha direito, se não está satisfeito. Ninguém vai para a rua dar a cara, sujeito até morrer na base da bala, porque é uma profissão perigosa, se não está satisfeito.

É o mínimo que nós podemos fazer por essa classe, e por isso eu faço esse apelo a todos os deputados desta Casa. É natural e normal que os deputados da Oposição nos acompanhem, mas precisamos ter essa sensibilidade por parte da base do governo. É a base do governo que precisamos sensibilizar, para podermos nos somar aos deputados da Oposição e fazermos com que a justiça se restabeleça nesse segmento, para que esses praças trabalhem pelo menos de maneira mais digna, mais respeitosa, a fim de que possam desenvolver suas atividades de maneira mais correta.

Podem até acusar um praça ou reclamarem que há corrupção no meio, que é isso, que é aquilo, mas se olharmos para trás, se olharmos mais a fundo a situação dessas pessoas, veremos realmente que estão sendo deixadas brechas para que essas pessoas cometam erros, cometam deslizes, justamente por conta do péssimo salário que ganham.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu vou lhe conceder um aparte, mas peço que me deixe uns 15 segundos para que eu possa concluir a minha fala.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito rapidamente, deputado Nilson Gonçalves, quero agradecer, de forma sincera, a sua emocionante manifestação, porque efetivamente o pessoal da linha de frente da Polícia Militar, da Polícia Civil e do sistema prisional precisa de um acalanto, pois nada maltrata mais o serviço público e o servidor público do que o sentimento de humilhação. E humilhação é o que os praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da base da Polícia Civil estão sentindo neste momento.

Muito obrigado mesmo e vamos continuar dialogando. Quem sabe nós possamos resolver essa questão na semana que vem ou ainda esta semana.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - A intenção é que possamos sensibilizar todos. E não vai aqui a tentativa de ir contra "a" ou "b", contra oficiais ou quem quer seja. A tentativa é apenas de restabelecer a dignidade para todos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ao observar os diferentes pronunciamentos feitos na tarde de hoje, eu tentava me situar, para tentar perceber quem é Oposição e quem é Situação nesta Casa.

Eu convivo aqui há sete anos e fiquei bastante confuso, pois não consigo entender

quem é Situação e quem é Oposição. E foram feitos diferentes pronunciamentos, advindos de um partido, de outro. V.Exas. já pensaram na possibilidade de o nosso eleitor, que está lá fora dependendo do serviço público, com toda certeza, e aqui estão os servidores públicos, ficar confuso com isso? Qual será a confusão que poderá ser gerada na cabeça dos cidadãos e cidadãs catarinenses?

Isso nos leva a pensar um pouco sobre as diferentes políticas implementadas no governo do estado de Santa Catarina nesses sete anos. Aliás, eu já dizia da tribuna, na semana passada, o seguinte: se formos buscar um significado do número sete, ele é totalmente contrário aquilo que representa ou representou o governo até então. Sete, falando biblicamente, não é a soma de seis mais um, ou cinco mais dois, ou a subtração de nove menos dois, oito menos um, mas sim a soma de três mais quatro ou quatro mais três. É a soma de duas realidades perfeitas, que somadas dá um resultado perfeitíssimo, que é o número sete. Agora, quando se trata de políticas públicas diretamente relacionadas a uma questão de uma política salarial para os servidores públicos do estado de Santa Catarina, não há absolutamente nada de perfeição! É uma desgraça para os servidores públicos no estado de Santa Catarina!

(Palmas das galerias)

Nós não tivemos ainda uma política salarial, e olha que não foi por falta de insistência dos 13 deputados da Oposição desta Casa, que solicitaram, que pediram, a todo instante, a todo o momento, ao governador que tratasse isso como uma política dentro do governo do estado de Santa Catarina. Mas, infelizmente, deputada Ana Paula Lima, nós não tivemos, em nenhum momento, a sensibilidade do governo, que até então tem governado este estado.

E nesse momento ficamos um pouco vendidos também porque já faz basicamente oito dias que Leonel Pavan assumiu o governo e encaminhou projetos. E vejo que todas as críticas estão sendo direcionadas em cima do ex-governador. Já faz mais de oito dias que Leonel Pavan assumiu o governo e os projetos continuam vindo a esta Casa com os mesmos defeitos e problemas. Chegaram hoje! Então, está havendo algum comunicado um pouco distorcido nesse processo todo.

Nós, como bancada - e os deputados Décio Góes e Dirceu Dresch participam da comissão de Constituição e Justiça -, apresentamos aqui, na votação da admissibilidade, várias emendas, na tentativa de corrigir essa política que desgraça cada vez mais a carreira dos servidores públicos do estado de Santa Catarina. E pelo menos na tentativa de se poder contemplar a grande maioria que está sendo excluída desse processo todo, a grande maioria que não está sendo contemplada! É uma minoria que está sendo contemplada, privilegiando alguns em detrimento da grande maioria! É a política neoliberal! É a política de estado mínimo que destrói o estado e acaba com a carreira dos servidores! É a política que distancia cada vez mais o serviço público daqueles que precisam, na sociedade em que vivemos.

Portanto, esperamos que essas emendas possam, de fato, ser contempladas, discutidas, debatidas, apreciadas, votadas e aprovadas para que a grande maioria dos servidores públicos do nosso estado seja contemplada com essa política salarial.

Esperamos que pelo menos possamos avançar nesse sentido para, quem sabe, colocarmos aqui um basta nessa política que contempla alguns com uma forma de penduricalhos que vai formando pequenas

castas dentro dos diferentes setores da nossa sociedade.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Deputada Ana Paula Lima, v.exa. faz parte do setor da Saúde e muito tem lutado, esforçado-se e defendido essa classe. Por isso, gostaria de ouvi-la como integrante da nossa bancada do PT.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Nobre deputado, a minha indignação é que somos nesta Casa 40 parlamentares, mas nos últimos quatro anos ficamos aqui com 27 deputados a favor do governador e com 13 deputados contra. Durante esses sete anos fomos para essa tribuna defender o aumento do salário dos servidores públicos. Por isso, fiquei surpresa com o depoimento de vários deputados que são a favor das emendas. Durante sete anos ficamos lutando pelo aumento do salário dos servidores e agora eles vêm para o microfone dizer que são a favor, porque há plateia!

(Manifestações das galerias)

É lamentável! Eles que foram governo, que podem sair daqui juntos, de mãos dadas, lá no palácio, que façam isso, que tenham coragem para isso e não só com palavras, mas com ações, porque eles podem sair daqui e ir dizer ao governo do estado que esta Casa não irá votar nada enquanto não se votar o aumento de gratificação para os funcionários da Saúde!

(Palmas das galerias)

Então, deputado Padre Pedro Baldissera, não posso ficar quieta ao ouvir aqui conversinhas. Estamos aqui para fazer transformações, mas transformações com palavras e ações.

Por isso, todos aqui que são governo têm responsabilidade por cada um e cada uma que estão aqui.

Parabéns, deputado Padre Pedro Baldissera, por ter a coragem de ir a essa tribuna e ficar surpreso com algumas declarações. Eu estou é indignada!

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Deputada Ana Paula de Lima, acho que ainda temos uma esperança. Até o findar da nossa sessão, quem sabe, poderemos ter uma surpresa agradável e recebermos aqui um novo encaminhamento por parte do governo. Esperamos isso!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Antes de deliberarmos as matérias, esta Presidência deseja dar um esclarecimento a todos os servidores que acompanham esta sessão pessoalmente aqui ou em suas casas, através da TVAL. Parece-me importante para que todos tenham a plena consciência do processo legislativo e da forma como isso se vai dar. E vale tanto para os servidores como para todos nós que aqui estamos.

Hoje, dia 6 de abril, é o último prazo previsto, por causa da lei eleitoral, como todos já sabem, para que haja concessões de benefícios a servidores.

As medidas provisórias que na semana passada foram editadas apenas transformaram os projetos que aqui estavam em medidas provisórias.

As novas medidas editadas que chegaram - parece-me que duas chegaram agora há pouco, e há mais as quatro que nós vamos votar a admissibilidade hoje - não têm a necessidade legal de serem votadas hoje. Nós

vamos votar as admissibilidades, mas não há nenhum prejuízo daquelas que não forem votadas na data de hoje, uma vez que a medida provisória passa a vigorar a partir da sua publicação.

Portanto, mesmo depois de encerrada esta sessão, se houver por parte do governo o interesse e o desejo de emitir uma nova medida provisória, ela poderá vir para cá na semana que vem para ser lida e ter o encaminhamento sem nenhum problema. Até a meia-noite de hoje há a possibilidade da edição da medida provisória. Digo isso para que fique bem claro.

Com relação à admissibilidade das medidas, elas podem ser votadas hoje, e nós vamos fazer a votação daquelas que já passaram pelas comissões, ou na próxima semana, sem prejuízo algum aos encaminhamentos nelas constantes, porque a partir da sua edição há força de lei. Nós temos 60 dias e nesse período - é bom que isso fique claro a todos os srs. deputados, até para que não haja nenhuma dúvida, e também a todos os servidores que acompanham a sessão pela TVAL ou aqui no plenário - nós não poderemos emendá-las com aumento de benefício de qualquer ordem a servidor, seja funcional, seja pecuniário, por uma questão prática. A medida provisória tem vigência na sua edição e por isso é feita hoje.

A emenda feita à medida provisória só passa a incorporar o projeto quando da conversão em lei do referido projeto, que é na votação final. Isso vai ocorrer na sua votação daqui a 10, 15, 20, 30 dias, ou amanhã, mas estará fora do período eleitoral.

Digo isso para ficar bem claro a todos os servidores, a todos os srs. deputados e para que não haja nenhum mal-entendido em se imaginar que pode ser feita, a partir de hoje, uma emenda a alguma das medidas provisórias, ser votada, aprovada e valer para este ano.

Digo, por dever de correção com todos os servidores e também com os srs. deputados, que esse é o procedimento legal que nos impõe o calendário eleitoral. Nós temos um prazo até a meia-noite, e quando falo nós é como governo e sociedade, para haver a edição. A partir de amanhã nós vamos analisar os textos das medidas provisórias, poderemos rejeitá-las, se houver um entendimento da maioria, poderemos reduzir benefícios, se for o entendimento da maioria, mas não poderemos aprovar e votar nenhuma emenda. Ou se for votada será inócua, porque não poderá ser aplicada este ano, em função do período eleitoral.

Faço esse esclarecimento para que não haja dúvida e para que ninguém entenda de uma forma diferente, porque isso é o que manda a legislação, e nós temos que cumprila.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, se concordarmos com v.exa. no esclarecimento da tramitação das medidas provisórias - no caso específico da Saúde é a MPV n. 0178 -, temos, então, duas opções. A primeira é, apesar desse esclarecimento, apresentarmos emendas, votarmos e deixarmos o governador vetar ou não as emendas apresentadas por este Parlamento. E a outra opção é não votar essa emenda e a admissibilidade dessa medida provisória agora e solicitar que o governo, até a meia-noite, apresente uma nova medida provisória.

Ou seja, para nós é preferível, então, decidirmos, como Parlamento... Porque ouço aqui deputados do DEM, do PSDB e da base do governo fazerem discursos. Então, para que votar a MPV n. 0178, se todos são a favor de um novo texto? Portanto, vamos barrar e paramos essa medida provisória!

(Palmas das galerias)

Se esse esclarecimento tem amparo jurídico, não há por que votarmos a MPV n. 0178! Devemos fazer um acordo com todas as bancadas e cobrar do governo que mande uma medida provisória corrigindo essa injustiça que todos nós estamos ouvindo aqui a tarde inteira. Então, tem que virar prática medida provisória hoje!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, há poucos minutos estivemos numa reunião com o governador, na condição de líder do PSDB. Ele manifestou o desejo de que todos os funcionários, aqueles que podem receber a gratificação, sejam tratados com isonomia. Aí vem a grande questão: qual seria a forma legal e a forma prática para se fazer isso?

O governo do estado dispõe de um valor. As medidas provisórias que tratam de gratificação significam um determinado quantitativo em dinheiro.

Então, eu faço a pergunta a v.exa.: esta Casa pode fazer uma emenda de tal maneira que esse montante possa ser redistribuído para todos aqueles que podem receber a gratificação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Serafim Venzon, não pode. A medida provisória só pode ser editada pelo governador e só pode ser emendada quando for feita a conversão da medida provisória em lei. Não há a mínima possibilidade de ser feito isso. Só pode haver a mudança da medida provisória, para ter validade a partir de hoje, com uma nova edição. E aí já respondo também a colocação do deputado Pedro Uczai. Nós poderemos votar ou não a admissibilidade. Não há nenhum problema em votar e em não votar. Se votarmos e mesmo assim o governo quiser modificá-la, ele poderá fazê-lo até a meia-noite. Se nós não votarmos, poderemos votar na próxima quarta-feira, sem nenhum prejuízo, porque ela vai estar em vigor da mesma forma.

Com relação à sua colocação, deputado Serafim Venzon, não há a mínima condição legal, prática, de ser feita. A única forma é se o governo retirar todas as medidas provisórias e mandar uma nova fazendo essa avaliação que v.exa. está colocando. Mas a medida provisória é uma prerrogativa do governo e não desta Casa. Esta Casa só poderia fazê-lo votando o projeto de conversão em lei, e não vamos conseguir fazer isso hoje nem esta semana. Isso é impossível!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Então, eu posso fazer uma segunda pergunta, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Pois não, deputado!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - As medidas provisórias que nós aprovamos na semana passada poderiam ser anuladas pelo governador e incluídas todas em uma nova?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - É evidente. Desde que haja, por parte do governo, a edição de uma medida provisória, ela passa a ter valor de lei. E

poderá ser feita até a meia-noite de hoje. Não há nenhum problema nisso, é uma decisão do governador e não deste Parlamento. Esta Casa vai poder, depois, apreciar a matéria e, se entender que não é correta, rejeitá-la e não emendá-la para aumentar benefício.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, para encerrar, quero dizer que estou manifestando essa sugestão porque é sugestão do governador que todos aqueles que possam receber essas gratificações sejam tratados de forma equânime.

Por isso, então, vou passar a ele essa sua posição e quem sabe ele poderá usar desse instrumento ainda hoje para fazer essa modificação.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, no intuito de colaborar e tendo em vista as sugestões dos deputados Pedro Uczai e Serafim Venzon, quero fazer duas sugestões ao governo. A primeira é substituir todas essas MPs por uma medida que dê um reajuste linear ou uma gratificação linear para todos os servidores na ordem de 40%, segundo a nossa assessoria. Usaria o mesmo recurso e estenderia a todos os servidores.

(Palmas das galerias)

Segunda sugestão: nós ficaríamos de plantão, o governo autorizaria as emendas nas MPs e ficaríamos até a meia-noite para poder aprová-las.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado, apenas para esclarecimento, quero dizer que não há necessidade de ficarmos de plantão porque não há necessidade de votação nesta Casa. A medida provisória pode ser editada a qualquer momento e tem valor de lei.

Nós, hoje, vamos votar a admissibilidade para encaminhamento formal e para darmos uma resposta às pessoas que estão aqui. Mas se essa votação fosse feita na próxima terça-feira ou na quarta-feira não mudaria em nada a tramitação da matéria. Não é uma questão de autorização do governo para nós emendarmos. Nós não temos condições formais de fazê-lo porque a emenda só passa a vigorar no projeto de conversão em lei. Nós temos que hoje ainda aprovar em todas as comissões, votar o projeto, converter em lei e publicar hoje, o que é absolutamente impossível, sob pena de estarmos vendendo uma ideia que não existe. Quer dizer, vamos prejudicar o servidor em vez de ajudá-lo, porque é uma questão legal e a Justiça iria anular todas as deliberações e emendas apostadas.

A única forma de se conceder algum benefício que não estenda as medidas provisórias é por uma edição de medida provisória até a meia-noite. A admissibilidade e o encaminhamento podem ser feitos sem nenhum aqodamento em até 60 dias, a partir da próxima semana. Não há nenhum problema.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Então, só para concluir, sr. presidente, eu faço daqui um apelo que entendo que, pelas manifestações, é o apelo de toda a sociedade e dos servidores catarinenses: que se substitua todas as emendas por uma medida provisória que dê um reajuste linear, igualitário, a todos os servidores de Santa

Catarina, que vai girar em torno de 40%.

Obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu prestei bastante atenção ao pronunciamento do líder do PSDB, deputado Serafim Venzon, que disse, em palavras claras, que veio agora do palácio onde conversou com o governador Leonel Pavan e que o governador manifestou a sua intenção, a sua vontade, de não discriminar ninguém e de atender a todos de forma igual.

Juntando isso com a informação que v.exa. repassa, ou seja, de que até a meia-noite de hoje o governador pode emitir medida provisória, a nossa sugestão é que se retire todas as medidas provisórias que vieram desde a semana passada para cá e que dizem respeito à gratificação do servidor público e emita-se uma única medida provisória com um índice percentual igual para todos os servidores.

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio)(Faz soar a campainha) - Concedo mais 30 segundos a v.exa., deputado.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Portanto, que se emita uma única medida provisória com menos papel, menos falatório, menos burocracia, menos "carimbório". E que numa única medida provisória o governo do estado possa agradecer a 95% dos servidores estaduais. A opção está com o governador Leonel Pavan: ou agrada 95% dos servidores estaduais, talvez deixando meio constrangidos uns 5%, ou agrada os 5%, desagradando 95%!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, entendemos o seguinte: a votação da medida provisória não tem muita influência. A influência está lá no governo. Se o governo editar uma nova medida, estará resolvido o problema.

Então, está na mão do governo. Ele é que tem que editar uma nova medida provisória. V.Exa. esclareceu bem: no momento em que o governador editar uma nova medida provisória, estará resolvido o problema.

Por isso entendo que estamos discutindo uma coisa inútil aqui. Votar ou não votar, a essa altura pouco influi, porque o que vale é o ato do governador. É ele que tem a prerrogativa de editar ou não a medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está feito o esclarecimento e convalida as colocações do deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, está tudo muito rápido. Vários encaminhamentos já foram feitos nesse sentido, mas nós queremos, na mesma linha, fazer um apelo ao governo no sentido de que não cometa uma injustiça com trabalhadores

que merecem ser respeitados.

Então, nessa perspectiva, apelamos ao líder do governo para que faça um contato com o governador, a fim de que o governo reveja sua posição e que até a meia-noite de hoje envie, talvez, uma nova medida provisória resolvendo a injustiça que está sendo cometida com algumas categorias funcionais, principalmente com o pessoal da Saúde.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, diante das suas explicações esclarecedoras, quero reforçar o que o deputado Onofre Santo Agostini falou, ou seja, que a decisão está na mão do Poder Executivo.

Não entendo. Na semana passada diziam que a dificuldade estava no fato de o governador estar no Japão. Hoje, contudo, o governador está em Ituporanga, está perto da capital! Então, faço um apelo ao líder do governo, deputado Elizeu Mattos, e ao líder do PSDB, deputado Serafim Venzon, no sentido de que façam contato com o governador Leonel Pavan e resolvam definitivamente essa grande injustiça que está sendo cometida contra os servidores de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente!

Quero dizer a v.exa. que o governador já está sensibilizado e já tem vontade de mandar para esta Casa uma medida provisória para contemplar os anseios do funcionalismo público. Então, já é alguma coisa. Nós já estamos conseguindo comover o coração do governador Leonel Pavan, com a mobilização unânime das bancadas deste Poder.

Então, vamos aguardar que o governador se sensibilize e mande a esta Casa nova medida provisória até a meia-noite. Nós vamos estar em vigília, sr. presidente.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, não sabemos mais o que dizer para esse povo. Essa é a verdade. O problema foi transferido para cá e eu até quero questionar essa questão das emendas, porque ela que dá um bom debate jurídico. Eu não estou convencido de que isso não possa ser apresentado. Não estou convencido disso, e acho que dá para fazer um bom debate a respeito.

Agora, o fato é que o governo está jogando com a possibilidade de deixar tudo como está e depois dizer: "Olha, não dá para consertar". Então, esta Casa precisa tirar uma posição agora. Os 27 deputados do governo precisam localizar o governador agora. Ele deve estar em algum lugar, deve haver algum contato!

(Palmas das galerias)

Precisamos localizá-lo agora! Eu vou repetir o que já disse antes, porque não é só crucificar o líder do governo nessas alturas. Nós, os 13 deputados da Oposição, estamos

esperando para votar. Nós, os 13 da Oposição, que alertamos durante sete anos e três meses que iria terminar nisso, estamos aqui esperando! E esta Assembleia precisa posicionar-se, porque ninguém vai ficar parado, esperando. Passou da meia-noite, acabou! Amanhã vamos fazer o quê? Esperar aqui? Precisa haver uma resposta agora, neste momento.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira. Em seguida, se houver concordância, vamos dar encaminhamento ao processo.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Eu acredito que essa medida que v.exa. está adotando é adequada. Porém já aprovamos a admissibilidade de todas as medidas provisórias e estamos em processo de discussão das que chegaram.

O deputado Joares Ponticelli fez uma colocação pertinente, infelizmente a maioria dos deputados e inclusive as pessoas que estão envolvidas dentro do processo estão totalmente confusas com relação aos valores, a todas essas situações apresentadas.

Sr. presidente, o que eu peço é que v.exa. mantenha essa posição até a meia-noite e que fiquemos em vigília. Agora, o que foi aprovado, está aprovado. Na hora em que chegar uma nova medida provisória, aí, sim, tira-se de pauta as que aqui já se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputados, vou fazer mais um esclarecimento para que não haja dúvidas.

Não há nenhuma necessidade de plantão, não há nenhuma necessidade de vigília. Não muda absolutamente nada no processo legislativo. A edição da medida provisória é uma prerrogativa do governador, e ela pode ser editada e tem valor a partir da sua edição. A tramitação aqui se vai dar normalmente amanhã, quando a matéria será lida, e na próxima semana, sem prejuízo para nenhum servidor.

E esclarecendo ao deputado Joares Ponticelli, quero dizer que não há dúvida com relação à questão jurídica. Fizemos todas as consultas na semana passada. O início da vigência do benefício tem que se dar, no mínimo, 180 dias antes do pleito eleitoral. Então, o prazo se encerra exatamente hoje. Se a concessão for feita por emenda, será na conversão da medida provisória em lei. Não é na edição da medida provisória.

Então, não há dúvida com relação a isso. Fiz essa preliminar para não deixar nenhuma dúvida com relação ao encaminhamento, para que ninguém se diga enganado depois. O processo tem que ser claro, transparente. Fiz questão de esclarecer isso no início da sessão, para que todos saibam claramente o que estão votando.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, rapidamente, em tom de esclarecimento, quero dizer, em primeiro lugar, que ninguém aqui vai censurar o nosso direito e o meu direito de defender os servidores da Saúde nem aqueles que se julgam os paladinos e querem ser o pai da criança. Estamos aqui tratando do interesse dos servidores. Vou defender esses interesses até porque devo explicações apenas à sociedade e aos 52 mil catarinenses que aqui

me colocaram.

Em segundo lugar, a única solução possível virá do Executivo. A solução sustentável, possível precisa vir do Executivo. Por isso reforçamos o nosso apelo. A data é hoje e a partir do momento em que a medida provisória for editada ela já estará em vigor e passará o prazo da restrição eleitoral.

Portanto, por mais que debatamos aqui a tarde inteira, a única solução possível precisa vir do Executivo. E faço um apelo para que venha ainda no dia de hoje.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Gelson Merísio, temos duas coisas a colocar aqui. Em primeiro lugar, quero deixar claro a todos aqui que o meu voto - e tenho certeza de que vai ser também o voto da bancada do PMDB - é a favor da edição de uma nova medida provisória. Se houver emendas, elas vão estar fora do prazo. Mesmo que o governador não as vete, as emendas que fizermos a partir de agora estarão fora do prazo.

Então, só existem duas possibilidades: votarmos as medidas provisórias, a favor ou contra, e pressionarmos o governo para editar uma medida provisória até a meia-noite de hoje, para atender ao pleito daqueles que estão aqui há uma semana, há um mês, há dois meses, há seis meses. É isso que temos que fazer.

(Palmas das galerias)

O SR. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, Luiz Henrique governou durante sete anos e três meses, esquentou um panelão de batatas e agora o Pavan que se vire com as batatas quentes na mão. Na verdade, o ex-governador fez uma grande sacanagem com o seu substituto. Entregou para Leonel Pavan o prato pronto, só para requeentar.

Então, não adianta ficarmos como cachorros, brigando, rodeando, porque não dá lucro, já que os 40 deputados estão aqui porque são inteligentes.

Eu acho que v.exa. esclareceu muito bem. Quem está-nos assistindo lá fora está vendo que estamos aqui jogando para a platéia. Eu acho que é importante assumirmos o fator técnico, pois o procedimento é este, só resta uma coisa: o governador editar uma nova medida provisória anulando todas as que vieram ou votarmos a admissibilidade daquelas que já estão nesta Casa. Eu não vejo outra maneira, acho que o caminho é esse. Tecnicamente é possível? Se não é, não adianta ficarmos tomando o tempo da platéia que aqui está e de quem nos assiste pela TVAL.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ouço, de forma definitiva agora, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Atendendo ao clamor de todos os deputados que me antecederam e tendo em vista que é desejo do governador tratar com isonomia todos os colaboradores do estado, falamos com sua excelência por telefone, que neste momento está em Ituporanga, e ele já determinou à equipe da Fazenda que avalie a repercussão financeira, fazendo desejo dos

parlamentares, para ver com que percentual essa gratificação atenderia todos aqueles que podem recebê-la.

Então, até hoje à noite, o governador, tendo esse estudo em mãos, poderá atender à solicitação, já que esse é o seu desejo.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu pensei que o deputado Serafim Venzon viria com uma proposta mais concreta, mas a verdade é que só agora vão ver o impacto financeiro das gratificações. Eu acredito que há, sim, a possibilidade de anular as medidas provisórias já editadas e dar uma gratificação igual para todos os servidores.

(Palmas das galerias)

V.Exa., deputado Gelson Merísio, quando estive no exercício do governo do estado, foi ágil ao mandar para cá aquelas 12 medidas provisórias. Eu acho, deputado Serafim Venzon, que os líderes do PMDB, do Democratas e do PSDB têm que deixar este plenário agora, ir negociar no Centro Administrativo e voltar com a solução para essa questão, porque senão vamos ficar só discutindo, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Dagomar Carneiro e deputado Sargento Amauri Soares, eu quero pedir a compreensão de v.exas. porque o tema já foi fartamente debatido e logo em seguida vamos deliberar sobre a admissibilidade, que poderá ou não ser votada. Se votada e aprovada, havendo uma nova medida provisória, ela é automaticamente alterada. Se os srs. líderes entenderem que não deve ser votada, não haverá prejuízo algum às medidas provisórias e à sua tramitação. Como é matéria extrapauta, eu só vou colocar em votação se houver unanimidade entre os srs. líderes.

O SR. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Eu acho que a colocação do deputado Serafim Venzon tem uma única solução. Não é possível 95% dos funcionários do estado ganharem a gratificação e somente 5% de funcionários da área da Saúde ficarem de fora.

(Palmas das galerias)

Eu quero esclarecer que o impacto financeiro desses 5% será tão pequeno que o governador Leonel Pavan mandará nova medida provisória para esta Casa até a meia-noite. Como deputado da área, sei que sempre é a área da Saúde que acaba pagando o pato. Isso já ocorreu na questão da secretaria de Segurança Pública, em que a área da Saúde não ganhou gratificação, e agora está acontecendo novamente.

Deputado Serafim Venzon, v.exa. como líder do governo precisa fazer contato com o governador Leonel Pavan para que de uma vez por todas mande para esta Casa uma medida provisória para beneficiar a parcela de funcionários, que é pequena, que não recebeu a gratificação. Se um vai receber, todos têm que receber.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Feito o encaminhamento, consulto os srs. líderes se vamos deliberar a admissibilidade das medidas provisórias. É esse o encaminhamento dos srs. líde-

res?

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Obrigado, sr. presidente.

Sobre a questão que v.exa. colocou, ou seja, se vamos deliberar ou não acerca da admissibilidade das quatro medidas provisórias, a posição da liderança do PDT é que não devemos votar agora, devemos, ao contrário, ficar aguardando o envio de nova medida provisória, esperando que ela contemple uma coisa importante e justa para os servidores públicos de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, o nosso líder não está no momento aqui, mas esta Assembleia tem que praticar um gesto. Não podemos ficar só discursando sem que haja um fato concreto. A maioria esmagadora dos servidores está sendo injustiçada, marginalizada e esquecida, precisamos fazer justiça ou em forma de abono ou dando reajuste linear para todos. Não dá mais para calar diante disso.

Por isso, nós, num gesto político de repúdio a isso que aí está, não podemos votar a admissibilidade hoje e aguardaremos a nova medida provisória que contemple todos os servidores.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está definido o encaminhamento. Não será votada a admissibilidade das MPs de acordo com os líderes.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - A liderança do PMDB também é a favor de não votar hoje a admissibilidade das medidas provisórias.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Quero pedir que os srs. deputados não deixem o plenário logo em seguida porque há outros projetos que precisam ser votados hoje.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, na mesma linha dos outros líderes, esta deputada, como líder do Partido Republicano Brasileiro, acha que v.exa. não deve colocar em votação a admissibilidades das MPs.

Muito obrigada, sr. presidente.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Solicito a v.exa. a inversão de pauta para votarmos os projetos. Solicito ainda que não se coloque em votação as mensagens de veto

hoje porque vou sair daqui para uma reunião sobre essa questão no Centro Administrativo, uma vez que fomos convocados para discutir esse assunto e achar o caminho da solução. Assim, peço que seja feita a inversão da pauta para a votação do projeto de resolução.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Só para finalizar, concordamos e achamos que é um gesto importante não votarmos, neste momento, a admissibilidade das medidas provisórias.

Além disso, quero pedir à base do

governo que faça as contas devidas para pagar esse compromisso com o funcionalismo ainda este ano, não o deixando para o próximo governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O encaminhamento é no sentido de não votarmos a admissibilidade das medidas provisórias e de invertermos a pauta. Portanto, as medidas provisórias estão retiradas de pauta e não serão votadas.

Consulto os srs. líderes se há concordância para inverter a pauta.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0004/2010, de procedência do Legislativo, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores

do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei n. 13.669, de 2005, e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado sem prejuízo da emenda.

Consulto os srs. líderes se é possível encerrarmos a presente sessão e convocarmos outra, extraordinária, para as 17h25, para a votação da redação final.

(As lideranças aquiescem.)

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 007ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 17h25, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cocalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Solicita a votação das mensagens de veto.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Critica a política salarial do governo do estado; anuncia a inclusão no PAC II de ferrovias catarinenses; reporta-se a seminário sobre educação realizado em Chapecó.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Analisa a política de aumento salarial do governo estadual.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Condena a política salarial do governo estadual; desafia PSDB e DEM a comparar os governos de FHC e de Lula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0004/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Consulto os srs. líderes se podemos atender ao apelo do deputado Elizeu Mattos e transferir a votação dos requerimentos e moções para amanhã, para que possamos liberar os deputados que precisam ausentar-se do plenário.

Há concordância?

(Os líderes aquiescem.)

Estão retiradas de pauta as demais matérias constantes da Ordem do Dia de hoje.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, na ausência do nosso líder - e o nosso vice-líder já se manifestou -, apelo aos srs. parlamentares para que deliberemos os vetos amanhã. Nós temos mensagens de veto que estão para ser votadas há 60 dias e estamos sempre adiando!

Há um veto parcial a um projeto de lei de minha autoria, que vai beneficiar todo o povo de Santa Catarina. O projeto trata do problema dos documentos fiscais não nítidos e com tinta de baixa qualidade que some do papel, e eu, inclusive, concordo com o veto.

Por isso, gostaria que amanhã votássemos as mensagens de veto, se houver quórum nesta Casa, porque há projetos que estão tramitando há mais de 60 dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Reno Caramori, para seu esclarecimento, só são retirados de pauta os projetos ou vetos quando há concordância de todos os srs. líderes. V.Exa. deve fazer um acordo com o deputado Silvio Dreveck, porque votaremos amanhã com qualquer quórum, havendo, é claro, o quórum mínimo necessário.

Agora, sim, com a palavra, por dez minutos, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. e sras. parlamentares, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público que participa desta sessão, antes de entrar nos assuntos específicos do nosso mandato, do nosso trabalho, não posso deixar de fazer uma observação sobre tudo o que ocorreu nesta tarde no Parlamento catarinense. Foram sete anos de um governo que não construiu uma política salarial para os servidores de forma clara, transparente, muito menos democrática. Desrespeitou os sindicatos, as representações dos trabalhadores públicos de Santa Catarina,

como o da Segurança Pública, da Saúde, da Educação e de tantos outros órgãos do estado de Santa Catarina.

Foi um governo marcado pelo autoritarismo, pela centralização do debate do funcionalismo e por essas trapalhadas todas às quais nós assistimos aqui, com medidas provisórias que produzem injustiças, discriminação e sofrimento para 95% dos servidores da Saúde.

Por isso, nós, no papel de oposição, temos que denunciar, mas ao mesmo tempo dizer que tem que ser construída outra política salarial que valorize os servidores. E essas gratificações concedidas, chamadas de pacotinhos de bondades das trapalhadas desse governo, não servem para ser discutidas em curto prazo, durante um processo eleitoral, mas temos que efetivamente discutir o futuro de Santa Catarina em outro rumo, em outro caminho e numa outra perspectiva.

Então, há essas transmissões de governo, de posses, juntamente com essas medidas provisórias. Em sete anos, o governo deveria ter discutido política de cargos, salários e carreiras de forma decente para os dignos servidores públicos do estado de Santa Catarina.

A Saúde sem aumento, outros setores sem aumento, como os professores do Magistério Público Estadual. Enquanto isso, beneficiam outros setores, privilegiando-os com mais de R\$ 1 mil de gratificações, acima do piso de várias categorias de servidores públicos. Há que se construir um novo projeto, uma nova proposta, com tratamento digno para os nossos servidores públicos.

Em segundo lugar, subo a esta tribuna para falar também sobre coisas boas. Na área de infraestrutura, o governo do presidente Lula, com a coordenação da então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, contemplou o nosso estado com obras estratégicas no PAC II. Se já concluímos a BR-282, do litoral até a fronteira com a Argentina, agora o passo estratégico para o desenvolvimento do nosso estado está em construir a malha ferroviária catarinense. E a boa notícia é que foram incluídos no PAC II dois projetos estratégicos de ferrovias: a Ferrossul, que liga o Mato Grosso do Sul e Paraná ao oeste de Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, até o porto do Rio Grande; e a Ferrovia da

Integração, cujo traçado define-se a partir de Itajaí, Chapecó e Dionísio Cerqueira.

Este traçado, Itajaí, Blumenau, Rio do Sul, até o meio-oeste, Joaçaba, Xanxerê, Chapecó e Dionísio Cerqueira foi uma grande conquista da Frente Parlamentar das Ferrovias, que tenho a alegria e a satisfação de coordenar, que agrega deputados estaduais, federais e senadores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

Por que ferrovia? Porque a ferrovia é mais barata, é mais segura, é ambientalmente sustentável, mantém o desenvolvimento e atrai novos investimentos nas regiões por onde passam os trilhos.

Por isso Santa Catarina não poderia ficar de fora do projeto estratégico de pensar este Brasil como uma grande nação, como um grande país. E por isso estou aqui dando conta e dando publicidade a esse momento tão importante, quando o nosso estado será contemplado no PAC II com a Ferrovia da Integração e a Ferrosul.

E quero fazer justiça. Se houve alguém ligado ao Congresso Nacional que ajudou e participou ativamente da articulação com a Casa Civil e com o ministério dos Transportes para viabilizar a inclusão no PAC II dos projetos ferroviários em Santa Catarina foi a senadora Ideli Salvatti. Digo isso para fazer justiça com a senadora, que esteve passo a passo acompanhando essas lutas da Frente Parlamentar das Ferrovias.

Em terceiro lugar, na área da educação, eu gostaria de trazer duas boas notícias. Uma delas é que começaram as aulas na Universidade Federal da Fronteira Sul. Lá estão trabalhando os novos professores, funcionários e dirigentes. No último dia 29 de março consolidamos esse grande capítulo da história de Santa Catarina, ou seja, depois de 50 anos conquistamos para o estado a segunda universidade federal pública e gratuita. Mais do que isso, 91% dos estudantes que estão frequentando as aulas e os diferentes cursos provêm de escolas públicas.

E falando em escola pública, realizamos nesta última semana, em Chapecó, através da Escola do Legislativo e da comissão de Educação, Cultura e Desporto, que presido nesta Casa, o quarto grande seminário sobre os desafios da educação brasileira, que reuniu mais de mil professores e educadores, que discutiram a qualidade da educação e a desmotivação dos professores.

E ficou claro naquele grande evento que a educação tem futuro e que é um dos instrumentos fundamentais na construção de uma grande nação, de um grande país. A melhor herança que um pai e uma mãe podem deixar para seus filhos é uma boa educação, é uma boa escola pública, é uma boa universidade. E agora começa a ter cada vez mais valor estudar, frequentar a escola pública, porque é um requisito que conta na hora de conseguir uma vaga numa universidade pública.

Entre outros temas, srs. deputados, discutimos antes do próprio seminário a qualidade e a motivação que os docentes do nosso estado precisam ter. Estamos mobilizados numa grande campanha coletiva para construir um piso estadual diferenciado para o magistério público, que precisa ter dignidade e ser valorizado.

Por isso, o abaixo-assinado foi de iniciativa popular, pois queremos, nos meses de abril e maio, recolher pelo menos 50 mil assinaturas. E quem assina torna-se autor do projeto de lei, construindo e classificando por habilitação dos docentes seu próprio salário,

seu próprio início de carreira. Então, para o ensino médio, ficará R\$ 1.312,00; para graduação, R\$ 1.800,00 e assim sucessivamente, até R\$ 3.176,00 para quem tem doutorado.

Realizar um piso estadual diferenciado para os professores é pensar o futuro da educação em Santa Catarina. Vamos à modernização! Vamos ao engajamento e a essa luta, porque ela será vitoriosa!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, de Lages para toda Santa Catarina, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente Valmir Comin, morei, sim, na cidade de Lages há algum tempo, e tenho bastante familiares lá, mas sou natural de Imbuia. Moro aqui na Grande Florianópolis há 20 e poucos anos e ainda sinto-me serrano, com raízes naquela região do nosso estado.

Srs. deputados e telespectadores que nos acompanham pela TVAL, servidores públicos estaduais aqui presentes, especialmente os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que estão nos acompanhando pela TVAL, a base da Polícia Civil e os agentes prisionais, parece que nesta data pode acontecer um fato histórico e importante para o nosso estado.

Todos têm acompanhado o desenrolar dos acontecimentos referentes à concessão de gratificações, principalmente os servidores da Educação e da Saúde, que ainda estão aqui no hall da Assembleia Legislativa, assim como os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros têm nos acompanhado pela TVAL, pelos diversos meios de comunicação, inclusive presentes aqui neste Poder, com o intuito de fazer contato com os deputados e buscar uma solução para esse grave conflito, por que não dizer dessa forma, existente na Segurança Pública, decorrente da distorção entre o maior e o menor salário, ou seja, a diferença desproporcional entre o maior e o menor salário.

Temos aqui a Medida Provisória n. 0169, mandada para cá na semana passada, que estabelece R\$ 2.000,00 de gratificação para os oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, inclusive para segundo-tenente com um ano de serviço, e apenas R\$ 250,00 para todos os praças, até para aqueles que com 30 anos de serviço têm graduação de soldado, cabo, subtenente e sargento.

Isso criou um sentimento de indignação muito grande na base da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, porque já vimos de distorções históricas nos salários, o que proporcionou tantas mobilizações, tantas manifestações, que, inclusive, acarretaram punições e até exclusão e expulsão da Polícia Militar de companheiros que lutaram contra essas injustiças, contra esses aumentos diferenciados, contra essa forma de tratamento da questão salarial que tem acontecido no estado de Santa Catarina, pelo menos desde 1992, portanto, há 18 anos.

Tudo o que nós queríamos, lá em 2003, quando passamos praticamente o ano inteiro discutindo uma lei para corrigir e acabar com a possibilidade de injustiça salarial na Segurança Pública, era justamente estabelecer um padrão salarial, uma diferença entre o maior e o menor salário que fosse de no máximo quatro vezes. Infelizmente, depois de quatro anos prometendo que cumpriria a Lei n. 254, o governo Luiz Henrique abandonou essa ideia e começou a agir de forma

discriminatória, aprofundando ainda mais a diferença.

Não se deu prioridade ao cumprimento da Lei n. 254, que daria um gasto, na nossa conta, de R\$ 12 milhões por mês. Na conta do palácio são R\$ 17 milhões, mas mesmo assim é um número muito inferior àquele que se tem divulgado agora que o governo gastará com essas medidas provisórias que encaminhou à Assembleia. Fala-se em R\$ 80 milhões por mês.

E o mais espantoso é que os beneficiados com essas medidas provisórias são principalmente aqueles pertencentes às cúpulas das Polícias Civil e Militar, os setores de funções gratificadas, cargos comissionados ou pessoas que trabalham nos prédios de administração, nas secretarias de Desenvolvimento Regional e aqueles que estão lá na linha de frente, na linha de ponta, atendendo à população na Educação, na Segurança Pública e na Saúde, que estavam ficando de fora ou recebendo a migalha da qual eu estava falando.

Sinceramente, deputado Dirceu Dresch, fico abismado com o governo por haver adotado uma postura tão esquisita, para não usar uma palavra ainda menos elegante, uma postura pouco inteligente, vamos dizer dessa forma, porque gasta R\$ 80 milhões e consegue desagradar a maioria dos servidores públicos estaduais. Contempla com mais de R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00 5% dos servidores estaduais e humilha, ultraja 95%, justamente o pessoal que tem que atender à população.

Nós entendemos que essas medidas provisórias que vieram parar nesta Casa, nesta semana e na semana passada, são produtos daquilo que estava embolado no palácio ou, usando aqui a expressão do deputado Reno Caramori, dentro do painel de batata ou talvez de inhame. E o governador Luiz Henrique deixou aquilo assim, dentro dessa lógica obtusa, dessa lógica antipovo, dessa lógica antisserviço público, para ser encaminhado para a Assembleia Legislativa.

Surpreendeu-me positivamente a manifestação do líder do PSDB na tarde de hoje, dizendo que falou com o governador Leonel Pavan, que disse que não quer cometer nenhuma injustiça. Portanto, estaria de acordo e já teria determinado à secretaria da Fazenda que realizasse estudos para tentar resolver essa situação.

Nós temos dito desta tribuna várias vezes - e eu falei isso hoje pela manhã, na TVAL - que com muitos menos recursos podemos agradar muito mais servidores estaduais, podemos atender com muito mais justiça os servidores estaduais. É só pegar o impacto financeiro dessas 16 medidas provisórias e transformá-lo num índice igual para todos os servidores estaduais, num índice de reposição. Inclusive, é isso que a Justiça catarinense tem determinado que o governo estadual faça!

A Aprasc entrou com mandados de injunção, assim como o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e o Partido Progressista, mas não foi necessária essa ação porque o Tribunal de Justiça do nosso estado já havia decidido a favor dos servidores estaduais, dizendo que havia necessidade de dar uma reposição anual e isonômica a todos eles.

Nós não estamos falando em dar o mesmo salário para todos os servidores, muito menos estamos defendendo que o soldado ganhe igual ao coronel. Seria bom, seria justo, mas nós não estamos defendendo isso. Nós estamos defendendo que seja dado um índice igual, o que dará proporcionalidade ao soldo dos militares, ao vencimento dos não-militares,

o que, diga-se de passagem, na área da Segurança Pública, já é injusto, porque o soldo do coronel está quatro vezes acima do soldo do soldado de segunda classe. Mas mesmo assim seria muito mais justo do que uma medida provisória concedendo R\$ 2.000,00 para 5% dos servidores militares, e R\$ 250,00 para os demais, parcelados até dezembro: R\$ 50,00, a partir do mês de maio até o mês de setembro, depois mais R\$ 100,00 em setembro e R\$ 100,00 em dezembro, no último mês do governo.

Então, nós sairemos daqui, deputados Dirceu Dresch e Valmir Comin, e iremos para o Centro Administrativo esperar lá naquela grama! E estamos convocando os praças da Grande Florianópolis para irem até lá, de forma pacífica, tranquila, diplomática, esperar que se acenda uma luz dentro do prédio do Centro Administrativo, a fim de que o governador Leonel Pavan mereça, amanhã à tarde, desta tribuna, o aplauso deste deputado por uma medida de justiça, freando essa embalagem de injustiça que foi deixada pelo ex-governador Luiz Henrique.

Se o governador Leonel Pavan fizer apenas uma medida provisória dando um índice linear para todos os servidores estaduais, amanhã ele será aplaudido por 95% dos trabalhadores do serviço público do estado de Santa Catarina, inclusive desta tribuna, por todos os deputados, eu creio, e por este deputado. Fazer justiça com os servidores públicos é melhorar a vida da sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero aqui me referir ao grande debate que ocorreu no dia de hoje e nos últimos dias, o que na nossa avaliação não poderia ser diferente, não ia dar em outro lugar, a não ser em uma confusão generalizada de disputa do nosso funcionalismo público estadual. Nós estamos há muitos anos cobrando a necessidade de se construir uma política de recuperação salarial do funcionalismo público estadual. A partir da semana passada, quando deram entrada nesta Casa as medidas provisórias, a nossa cobrança foi novamente nessa perspectiva de que elas fizessem justiça.

Primeiramente, quero lamentar o momento em que essas medidas provisórias chegaram, caracterizando uma atitude eleitoreira. Infelizmente, grande parte das medidas provisórias, como, por exemplo, a de n. 176, propõe pagar 25% a partir do mês de setembro de 2010; 25% a partir de janeiro de 2011, mais 25% a partir de março de 2011, e os últimos 25% a partir de maio de 2011.

Lamentavelmente, as medidas provisórias estão sendo prorrogadas na última hora, sendo que hoje é o último dia e possivelmente mais categorias de trabalhadores serão prejudicadas. Essa foi a novela das últimas semanas. Ao invés de se construir uma política de recuperação salarial do conjunto dos trabalhadores catarinenses, vem essa confusão toda para cá.

Esperamos que o funcionalismo público não caia mais uma vez nessa arapuca, deputado Sargento Amauri Soares, como caiu no conto da Lei n. 254, que também foi aprovada num período pré-eleitoral.

Outra questão que em nossa opinião é juridicamente questionável é fazer conta para o próximo governo pagar. Nós não temos dúvida de que a sociedade catarinense, deputada Ana Paula Lima, quer mudança. E o próximo governo vai ter que pagar essa conta, infelizmente, dessa falta de consideração com os nossos funcionários públicos.

O secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, no dia 8 de dezembro fez toda uma discussão com o funcionalismo público que queria reajuste, que fazia greve, que fazia mobilização, dizendo que era contra porque o governo já estava gastando demais e que iria propor às pessoas que usassem o mesmo expediente dos servidores, uma espécie de greve, de protesto, e não pagassem impostos por 30 dias, para ver qual seria a repercussão no serviço público sem salário, e o prejuízo que isso traria à estrutura do estado.

O ex-secretário da Fazenda é filiado ao DEM, partido que hoje está fazendo outro discurso aqui. É por isso que estamos alertando a sociedade catarinense, ou seja, o discurso de ontem, as ações de ontem, não valem mais hoje, inclusive nesta Casa. Essa prática nós questionamos porque é eleitoreira também.

Por último, semana passada, desta tribuna, o deputado Marcos Vieira fez um discurso muito forte chamando o PT de mentiroso, chamando o governo do presidente Lula de mentiroso. E estranhamos muito o fato de ele ter usado como exemplo a questão dos juros altos. O seu partido e o seu presidente elevaram os juros, colocando-os no mais alto patamar da história deste país. Já o nosso governo está reduzindo as taxas, fixando os juros reais em 8% ao ano, ao passo que na época do governo FHC os juros chegaram a 45% ao ano.

Outra questão levantada pelo deputado Marcos Vieira foram as obras. E eu até gostaria de fazer um desafio ao próprio DEM, que quer fiscalizar as obras no estado, que quer fazer caravanas para fiscalizá-las. O desafio que eu deixaria para o DEM e para o PSDB é que apresentem as obras, as grandes obras que o governo de Fernando Henrique Cardoso fez em Santa Catarina. Seria importante apresentar para a sociedade catarinense o que foi feito, quais foram as grandes obras que FHC fez em todas as regiões de Santa Catarina, não só no litoral, mas em todas as regiões.

O deputado Pedro Uczai elencou há pouco o que o nosso governo está fazendo em nosso estado. Assim, gostaríamos de fazer um desafio para saber o que o grande teórico, o grande presidente Fernando Henrique Cardoso fez na área da educação, por exemplo. Quantas universidades federais ele criou? Quantas escolas técnicas federais para preparar os nossos profissionais ele criou?

E seria muito bom lembrar que em 1994 o então presidente FHC proibiu a construção de novas escolas técnicas federais. Já o nosso governo, em 2004,

numa ação pesada, mudou essa legislação. E graças ao esforço, à dedicação, à compreensão de um presidente da República que não teve a oportunidade de frequentar uma universidade nos Estados Unidos nem no Brasil, porque teve de trabalhar cedo, foram criadas inúmeras novas escolas técnicas e universidades federais.

No tocante à área da habitação, pergunto: quantas casas populares foram construídas naquela época? No setor de combustíveis - e o deputado Marcos Vieira reclamou que o preço da gasolina subiu -, durante oito anos os preços ficaram estáveis. A Petrobras vem atuando para manter os preços praticamente estáveis, enquanto o seu governo queria vender essa nossa grande empresa estatal.

Então, não dá para comparar este governo com o anterior, que desmontou o estado brasileiro, a política pública, privatizou os armazéns públicos na área da agricultura, vendeu estatais na área da produção de insumos agrícolas e tantas outras grandes empresas da energia, telefonia, que foram vendidas ou doadas para multinacionais.

Nessa perspectiva, quero deixar bem claro para todos os catarinenses que topamos o debate, a comparação, a discussão a qualquer momento! Mas, pelo que tudo indica, o PSDB não quer fazer o comparativo, porque ficará muito mal em qualquer área. Mas nós queremos, sim, e a sociedade brasileira vai fazer esse comparativo. Não vamos precisar fazer esse comparativo porque a própria sociedade fará. Ela vai comparar o salário mínimo à época do governo FHC e agora, no nosso governo. Ela vai comparar o investimento na agricultura familiar, que foi de R\$ 2 bilhões e que hoje é de mais de R\$ 15 bilhões. Ela vai lembrar que a BR-282 foi concluída até a Argentina e que a BR-101/sul logo, logo estará pronta até a divisa com o Rio Grande do Sul.

Por fim, deputado Sargento Amauri Soares, esperamos que até a meia-noite de hoje dê entrada nesta Casa uma medida provisória...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência registra, com satisfação, a presença, nesta Casa, do vereador Maurício Patzlaff, de Arbutã, da sra. Almita Anita Driemeier, também daquele município, e do presidente da comissão Pró-Anexação das Comunidades de Linha Jundiá e Linha Capitão.

Esperamos, até por experiência própria, pois já fizemos isso nos municípios de Urussanga e Pedras Grandes, que v.exas. consigam lograr êxito. E no que depender deste Parlamento, podem contar conosco. Sejam todos bem-vindos.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca, outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 015-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Silvio Dreveck para ausentar-se do País, no período de 14 a 16 de abril de 2010, a fim

de participar da reunião Interparlamentar NOA ARGENTINO PARLASUL/BRASIL, na Província de Tucumã, Argentina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 7 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - 1º Secretário

Deputado Valmir Comin - 3º Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA DEBATER A PEC Nº 308/ 2004, QUE CRIA A POLÍCIA PENAL FEDERAL E AS POLÍCIAS PENAIS ESTADUAIS, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2010, ÀS 14H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dez, às quatorze horas, realizou-se no Auditório Deputada Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), a audiência pública promovida pela Comissão de Segurança Pública, presidida pelo Deputado Estadual Darci de Matos (DEM), com o objetivo de discutir a PEC nº 308/2004, que cria a Polícia Penal Federal e as Polícias Penais Estaduais. A audiência pública foi presidida pelo Deputado Estadual Darci de Matos, que abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos e chamou para tomar assento à mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Pedro Uczai; coronel da Polícia Militar de Minas Gerais, senhor Amauri Meireles; Vereador do município de Chapecó, senhor Itamar Agnoletto; presidente do Sintespe, senhor Mário Antônio da Silva; representante do Ministério Público, procurador César Augusto Grubba; representante da OAB subseção Balneário Camboriú/SC, senhor Moisés Rossi; representante da OAB subseção São José/SC, senhor Alessandro Marcelo de Souza. Em seguida, registrou a presença do senhor José João Vieira, representando o Deputado Estadual Adherbal Deba Cabral, e leu a justificativa de ausência do Senador Neuto de Conto. Na sequência, passou a palavra ao proponente da audiência pública, Deputado Estadual Pedro Uczai, que cumprimentou todos e justificou a realização desta audiência diante do necessário debate sobre a criação da Polícia Penal, bem como o significado da Polícia Penal para a segurança pública e a perspectiva dos profissionais da área. Após, estabeleceu o tempo de uma hora e trinta minutos para discussão do tema e informou que a audiência estava sendo televisionada pela TVAL, oportunizando a todo o Estado acompanhar os debates da reunião, e taquigrafada, para confecção do documento público, a presente ata. Na sequência, passou a palavra ao Coronel da Polícia Militar de Minas Gerais, senhor Amauri Meireles, que saudou a todos e iniciou apresentando *slides* sobre "Polícia Penal" (*procede-se a exibição de slides*). Disse que trouxe ideias, sugestões e subsídios no intuito de somar aos existentes, visando o voto favorável à PEC nº 308/2004. Teceu algumas considerações preliminares para entendimento do que é Polícia Penal, explicando que, quando se pensa em polícia penal ou polícia, o que vem à mente é a palavra segurança, palavra que atemoriza, culpa, angustia o povo brasileiro. Comentou que durante muito tempo segurança foi citada como sinônimo de proteção, como se fosse algo que se oferece, algo que se produz, mas que atualmente o entendimento é de que segurança não é sinônimo de proteção, e começa a ser consolidado. Enfatizou que ser protegido não significa estar em segurança e que segurança é um ambiente que se instala em decorrência da proteção, e para que esse ambiente se instale é necessária a concomitância entre a não existência de vulnerabilidade no tecido social e a não existência de ameaças à sociedade, lembrando sempre do inopinado, do imprevisto, e do imponderável, daquilo que não se pode avaliar a extensão. Em razão do inopinado e do imprevisto, avaliou que não existe segurança, que o ambiente de segurança é uma utopia, mas que, paradoxalmente, deve ser perseguido. Comentou que o mundo vive um clima de insegurança e que cada país tem a sua matriz de insegurança, citando o terrorismo, a miséria, os desastres, e que a matriz de insegurança do Brasil é a violência, bipartida entre a exclusão social - devendo-se tratar o moral desses excluídos - e a criminalidade - devendo-se tratar a moral, a ética.

Disse, ainda, que o Estado realiza o provimento da proteção, uma vez que detém autoridade, poder e força, e que a polícia é um dos instrumentos mais importantes de proteção; e definiu o conceito de polícia: uma instituição, um sistema, uma atividade de proteção da sociedade, estando a polícia ligada à ordem social. Além disso, explicou que a instituição Polícia ramifica-se em Administrativa, Ostensiva, Judiciária, de Desastres e Penal. Salientou que a PEC nº 308/2004 visa o reconhecimento normativo da Polícia Penal; que a criação da Polícia Penal é uma necessidade social em razão das ameaças vindas de dentro dos presídios; e que a grande guinada no sistema de administração pública penal é a PEC nº 308/2004, já que proporcionará a inserção da Polícia Penal às demais polícias. Dentre as convergências, informou que na 1ª Conseg - Conferência Nacional de Segurança Pública -, a diretriz mais votada foi a que fala sobre a Polícia Penal; que a CNBB, numa das Campanhas da Fraternidade, comentou sobre o sistema penitenciário e a necessidade de profissionalização do setor; que o MEC criou o curso de graduação - Tecnólogo em Serviços Prisionais -, mostrando que o MEC reconhece a necessidade de gestão profissional dos presídios brasileiros; e que os Congressistas estão batalhando para que a PEC seja votada e promulgada. Dentre as divergências, informou que é comum escutar que o sistema penitenciário está falido, o que é uma falácia, porque não está falido, mas preterido, desconsiderado, desarrumado e relegado ao segundo plano; que por causa desse desarranjo os apenados fazem rebeliões e os profissionais da área estão desmotivados; e que a sociedade sofre com as facções criminosas que atuam dentro dos presídios. Comentou que em Minas Gerais existe uma guarda prisional armada, uniformizada, equipada e com dignidade; que a Polícia Militar e a Polícia Civil saíram dos presídios para entrar um grupo profissional, a guarda prisional. Novamente, enfatizou que a Polícia Penal não é uma reivindicação classista, é uma necessidade social. Citou o filme no qual o ator Robin Williams atua como médico (*o orador refere-se ao filme Patch Adams* e, que na formatura está vestindo somente um avental, comentando que o sistema de defesa penitenciário brasileiro está nas mesmas condições, ou seja, sem amparo porque o Estado não investe na Polícia Penal. Mencionou que dizem que o sistema penitenciário não é sistema policial, concordando com tal posicionamento, uma vez que o sistema penitenciário envolve administração pública penal, Ministério Público, Poder Judiciário, etc., mas que a administração pública penal, em razão do poder de polícia administrativa penal, integra-se ao sistema policial. Falou que a polícia do Senado foi criada, em Brasília, e que não houve comentários, estando a cargo dessa polícia toda e qualquer investigação e todo procedimento que ocorra no Senado, o que ocorrerá dentro dos presídios com a Polícia Penal. Lembrou que hoje se vive especificidades para peculiaridades e que antigamente existia uma única polícia, que acabava não fazendo nada. Pelo fato de o Senado dizer que a Polícia Penal será a panaceia da segurança pública, rebateu dizendo que a Polícia Penal irá contribuir com a defesa social, não na segurança pública, de maneira que virá a somar. Pelo fato de pensarem a terceirização do setor, rebateu citando a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que impede a terceirização de atividades que envolvam o exercício do poder de polícia. Pelos comentários de que será criada mais um polícia, rebateu falando que ninguém quer criar a Polícia Penal - porque ela existe desde o ano 1500, quando da vinda de Cabral para o País, ficando com a custódia de prisioneiros -, mas reconhecer normativamente essa atividade secular, de acordo com o artigo 144 da Constituição. Esclareceu que as atividades serão de custódia, ressocialização, e que poderia ser de fiscalização de penas alternativas, comentando que em Minas Gerais os juizes estão dando penas alternativas, desentupindo os presídios, e que essas penas poderiam ser fiscalizadas pelo policial penal. Quanto à ressocialização,

opinou que deve ser feito pelo braço desarmado da Polícia Penal, como médicos, dentistas, advogados, pedagogos, professores, etc., ficando a custódia com o agente penal. Com tudo o que disse, observou que assim se terá efetividade no sistema prisional, sendo a efetividade a capacidade de produzir com qualidade e objetividade; e que se a atividade for profissionalizada e se tiver modernização das atividades, com certeza a população não sofrerá mais as ameaças vindas de dentro dos presídios, porque com essa gestão profissional a probabilidade de vulnerabilidade e ameaças se restringirá drasticamente. Falou que os agentes prisionais têm rosto, mas não tem voz nem voz, e com a Polícia Penal os agentes prisionais terão voz e voz, além de ajudarem muito na proteção da sociedade. Analisou que a Polícia Penal dará trabalho aos Parlamentares, porque estes terão que legislar sobre uma nova política prisional, uma vez que a existente é da época do Império e que a insegurança vivida decorre, muitas vezes, da incompetência na atualização. Disse que é certo que, mais cedo ou mais tarde, a Polícia Penal vai vingar, porque é inexorável, é uma necessidade, e, citando o artigo 22 da Constituição, complementou que é reservado à União legislar sobre Direito Processual Penal e Direito Penal, porém, concorrentemente à União, compete aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre Direito Penitenciário - sobre vindo a lei federal sobre normas gerais, suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrária. [Taquígrafo-revisor: Sabrina Roberta Schmitz] Comentou que em Minas Gerais há guarda prisional, que começou com dois mil e quinhentos agentes e hoje tem doze mil e quinhentos agentes armados e equipados com tecnologia moderníssima, e que um setor da Polícia Penal tem a projeção de todas as penitenciárias de Minas Gerais, ou seja, de Belo Horizonte é possível monitorá-las e agir antes dos acontecimentos. Como técnico, elogiou o governador Aécio Neves pela acertada criação da guarda prisional e sugeriu ao Deputado Pedro Uczai a criação da guarda prisional na Legislação Estadual de Santa Catarina. Argumentou que a Polícia Penal, o Sistema de Administração Pública Penal, pode e deve contribuir para a contenção criminal e para a reinserção social, não devendo, ainda que minimamente, constituir-se em vetor de insegurança social, conforme divulga a mídia. Apregou que à sociedade brasileira convém que o grave fenômeno social, a violência, não tenha tratamento tão sazonal ou espasmódico, passando por um exame exaustivo das formas de seu contorno e de sua complexidade. Frizou estar na hora de dar um basta nesse modelo de administração de surto, ou seja, só se combate quando aparece, advertindo que às vezes pode se transformar em uma administração de susto, ou seja, toma um susto, administra; outro susto, administra novamente. Finalizando, registrou que, priorizando o interesse social e evitando que a União seja atropelada por legislações estaduais em busca de correções e adaptações, acredita que os senhores parlamentares entenderam o alcance da PEC nº 308/2004 para a sociedade brasileira e que irão aprová-la. Dando sequência à reunião, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Pedro Uczai, refez a mesa dos trabalhos, cumprimentou todos, agradeceu ao Coronel Amauri Meireles pela brilhante exposição, fundamentando a necessidade da PEC nº 308/2004, e informou o recebimento do relatório sobre o Sistema Prisional e a Colônia Agrícola Prisional de Chapecó, entregue pelo Vereador Itamar Antônio Agnoletto. Após constatar a reduzida, porém qualificada, participação das entidades representativas da sociedade catarinense, disponibilizou a palavra aos membros da mesa. O Senhor Vereador Itamar Antônio Agnoletto, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Chapecó, cumprimentou todos e parabenizou o Coronel Amauri Meireles pela defesa da PEC nº 308/2004; lamentou o reduzido número de participantes; e manifestou seu contentamento pela realização do evento. Após, caracterizou vários aspectos que diferem o sistema prisional de Chapecó e de Florianópolis, apontando a criação da Polícia Penal como um caminho certo e justificado pelo fato da sociedade precisar dos militares nas ruas. Encerrou anunciando que enviará ofício com os encaminhamentos propostos, conforme já informou ao Deputado Pedro Uczai. Após, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Pedro Uczai, concedeu a palavra ao promotor César Augusto Grubba, representante do Ministério Público de Santa Catarina, elogiando a atuação do promotor e do Ministério Público como um todo. O senhor promotor César Augusto Grubba agradeceu as palavras do Deputado Pedro Uczai, cumprimentou os componentes da mesa e registrou o seu respeito e a sua consideração aos agentes prisionais pelo relevante e necessário trabalho que prestam, embora muitas vezes não sejam reconhecidos. Enfatizou ser promotor há mais de vinte e cinco anos e não estar ali para fazer nem defesa nem crítica, mas para nortear algumas reflexões. Acerca da explanação do Coronel Amauri Meireles, comentou a questão de nomenclatura: muda-se o nome e o problema está resolvido. Considerando o nome anterior, Polícia Penitenciária, é mais específico do que Polícia Penal Federal. Saliu que a questão da segurança pública é contextualizada em diversas categorias, podendo ser incluído o agente penitenciário. Acrescentou que a principal preocupação da sociedade é com a segurança pública, indicando a última pesquisa feita no Brasil em que setenta e dois por cento da população apontou ser

essa uma das grandes preocupações. Comentou sobre as fugas, citando a que houve em Jaraguá do Sul, porque o Estado não fornece os meios necessários para que o agente desenvolva suas atividades com eficácia. Preocupado, falou sobre o longo caminho a ser percorrido entre a teoria e a prática, citando o artigo 114 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública; discorreu sobre a aprovação do Novo Código do Processo Penal e a emenda modificativa do Senador Demóstenes Torres; e abordou a questão das atribuições - Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, guarda municipal -, justificando que a vítima não está preocupada em saber de quem é a competência, quer apenas ser atendida pelo Estado, através de seus agentes. Questionou se a aprovação da PEC nº 308/2004 irá resolver os problemas dos presídios brasileiros, dos presídios de Santa Catarina, ou se o problema é muito mais profundo. Ciente, alegou ser necessária a profissionalização dos agentes; a despolíticação da Segurança Pública no Estado e a percepção do Estado como um todo; e a valorização da categoria e não só a mudança de nomenclatura. Indagou se não é melhor o Estado aplicar em políticas públicas de prevenção; em aumento efetivo dos agentes prisionais; em aumento do número de vagas no sistema prisional; em separação do apenado quanto ao tipo de delito; em mais penas alternativas; em efetivo cumprimento da pena, lembrando o caso Nardoni, em que Alexandre foi condenado a trinta e um anos de reclusão, mas na verdade sairá do sistema em doze anos; em proceder à efetiva separação dos apenados, extraindo do sistema de segurança pública o aspecto político em detrimento do aspecto técnico; em profissionalização do sistema; e em vontade política para dar efetividade à norma que foi modificada. Encerrou sua manifestação lendo a frase que havia escrito: "Quanto menos o Estado aplicar em políticas públicas e em prevenção, mais vai aplicar no sistema penal brasileiro.". Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Pedro Uczai, agradeceu a manifestação e passou a palavra ao Senhor Mário Antônio da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual de Santa Catarina, que agradeceu ao Deputado Pedro Uczai e às pessoas envolvidas na realização da audiência e fez uma saudação ao Coronel Amauri Meireles, porta-voz nacional da categoria na defesa da PEC nº 308/2004. Afirmou que os elementos essenciais à discussão foram colocados e correspondem aos anseios da categoria; e informou que o contingente de apenados circunscrive a faixa etária entre dezoito anos e trinta anos, período mais produtivo do homem. Enfatizou sua certeza de que a Polícia Penal vai regulamentar uma política de Estado, acrescentando a necessidade de aprofundar o debate para dirimir contrariedades. Compreendendo que o crime organizado está enraizado dentro do sistema prisional, justificou a necessidade de profissionais da área com responsabilidade de carreira, concursados; da Polícia Penal corrigir a falta de acompanhamento do egresso, evitando reincidências; e de pôr fim ao conflito de atribuições, liberando policiais para a função externa. Finalizou reafirmando que o Síntese e a categoria defendem políticas públicas permanentes de Estado. Logo a seguir, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Pedro Uczai, registrou a justificativa de ausência da Senadora Ideli Salvatti e disponibilizou a palavra à plenária, chamando as pessoas segundo a ordem da inscrição. O Senhor Paulo Cardoso De Bem saudou a todos e pediu o apoio da sociedade catarinense à PEC nº 308/2004; e registrou que estão pedindo apoio às câmaras municipais, através de moções para a aprovação da PEC, reiterando igual pedido à Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Como agente prisional, disse querer ser reconhecido como policial penal, e com estrutura adequada para responder melhor à sociedade frente à criminalidade. Argumentou que a sociedade brasileira, ao contrário de outras, optou pela ressocialização do apenado, sendo necessária a criação da Polícia Penal para trabalhar no sentido de manter a integridade dos que querem cumprir a pena e voltar à sociedade, como no monitoramento daqueles que querem voltar à criminalidade. Encerrou exclamando o refrão: "Polícia Penal, já!". O senhor Volnei Chucre, agente penitenciário, cumprimentou todos os presentes e disse que concordava com a manifestação do representante do Ministério Público, promotor César Augusto, sobre a mudança de nomenclatura, sendo preciso aprofundar a discussão. Considerando a forma como se organizam, afirmou que já fazem o papel de polícia, narrando todo o procedimento feito hoje quando se descobre um celular numa das celas. Acrescentou que como Polícia Penal poderiam lavar a ocorrência, apresentando-a ao Ministério Público ou à Vara de Execuções Penais, cortando, assim, o intermediário; e lembrou que o Estado economizaria no procedimento e que já fazem tudo, só não têm poder de polícia. Finalizou reafirmando que não basta mudar a nomenclatura, é preciso o reconhecimento na Constituição na forma legal e funcional. O Senhor Sebastião Amorim, agente sócio-educativo de adolescentes em conflito com a lei, constatou que os presídios e as cadeias funcionam de acordo com a política de cada governo; frisou pretenderem uma política de Estado que uniformize o trabalho feito em todo o País, entendendo que um trabalho fundamental à sociedade não pode ser tratado como política de governo; e registrou o perigo da terceirização do serviço, indagando

se será mantido o dispositivo legal que prevê que vinte por cento dos agentes prisionais, em caso de excepcionalidade, podem ser terceirizados, ou se irá acontecer como em São Paulo, onde as ONGs assumiram os presídios. Encerrou agradecendo pela oportunidade e reafirmando que toda caminhada começa com um passo e não com uma corrida, e que a categoria, com certeza, receberia o devido respeito. O Senhor Odoni Dias de Castro, agente prisional, em nome dos agentes prisionais do Oeste de Santa Catarina, de Chapecó, agradeceu ao Vereador Itamar pela defesa à PEC nº 308/2004, que indubitavelmente irá valorizar o agente prisional. Reportando-se às palavras do Coronel Amauri Meireles sobre as condições da Polícia Penal de Minas Gerais, indagou os porquês do agente prisional de Santa Catarina ser humilhado, denegrido e desrespeitado; e lembrou, buscando responder à sua indagação, que há vinte anos existia mais respeito, mais disciplina, os agentes tinham autoridade e gostavam de trabalhar, mas que a entrada da política no sistema carcerário produziu o seu maior câncer: a politicagem. Disse assistir na TVAL os deputados defenderem a Polícia Civil e a Polícia Militar, mas que o agente prisional continua esquecido. [Taquígrafo-revisor: Almerinda Lemos Thome] Enfatizou que o trabalho feito pelo Coronel Amauri Meireles em Santa Catarina, assim como do Senhor Mário Antônio da Silva, do Senhor Sebastião Amorim e de outros colegas do Sindicato, é para que o agente prisional seja respeitado. Deixou claro que não adianta o profissional ficar trabalhando intramuros e não ser reconhecido pela sociedade, que só se lembra dele quando acontece uma fuga, como a que ocorreu em Chapecó, quando um agente prisional soltou um rapaz que acabou matando a filha de um médico. Acrescentou que a falha na segurança não é do agente, mas, sim, dos que estão comandando o sistema carcerário de Santa Catarina. Finalizando, salientando que qualquer um pode colocar uma gravata e assumir o Deap, mas que quem tem que ser valorizado é o agente prisional. Ato contínuo, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Pedro Uczai, concedeu a palavra ao Senhor Marcelo Boehme, que destacou que hoje a dignidade no sistema penitenciário é questão fundamental. Prosseguindo, informou que teve a oportunidade, juntamente com alguns colegas, de participar da discussão da PEC nº 308/2004 em Brasília, quando conversou com algumas lideranças políticas, alguns deputados, acrescentando que a grande maioria não tinha a menor noção do que tratava a PEC, apesar de ela ser do ano de dois mil e quatro, e desabafando que na oportunidade foram chamados de carcereiros e não de agentes penitenciários, nome já definido há algum tempo. Disse, ainda, que sequer essas lideranças tiveram a dignidade de atendê-los, que simplesmente deixaram a cargo de seus assessores, ressaltando que eles esquecem que além de agentes penitenciários são eleitores. Na sequência, comentou que suas famílias sempre esperam que cheguem em casa inteiros, visto que são ameaçados diariamente por elementos que não têm nada a perder. Isto posto, disse que estão perdendo a dignidade, já que não têm voz nem vez na sociedade, que acha que eles só têm obrigações, salientando que, mesmo dando a cara à tapa o tempo inteiro, é jogado na mídia que batem nos apenados e lhes faltam com respeito, chamando-os de presos ao invés de ressocializados, de apenados. Lamentou a forma como os direitos humanos os tratam, preocupando-se tão-somente com o apenado; que jamais se interessam em saber o que acontece com aquela família que perde um ente querido de forma violenta. Prosseguindo, opinou que a Polícia Penal trará aos agentes penitenciários justamente o direito à dignidade de que precisam para trabalhar; e contou que nunca sonhou em ser agente penitenciário, mas que hoje exerce essa profissão e quer trabalhar com dignidade e quer que sua família tenha orgulho de ele ser agente. Encerrou dizendo que espera esse reconhecimento por parte da sociedade, dos Deputados e do Ministério Público e agradeceu ao Coronel Amauri Meireles por defendê-los de forma brilhante, assim como ao presidente do Sintespe e aos amigos Sebastião, Patrícia, Paulo, Gilson e Marcelo. Dando continuidade à ouvida dos membros da mesa, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Pedro Uczai, passou a palavra ao Senhor Adão dos Santos, que, após cumprimentar os presentes, agradeceu ao Coronel Amauri Meireles pela explanação, externando que os agentes que não compareceram à audiência pública deixaram de adquirir conhecimento. Ao encerrar sua participação, parabenizou o Sintespe pela luta. Retomando a palavra, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Pedro Uczai, fez um relato sobre a unificação das Polícias Civil e Militar. Dirigindo-se ao Senhor Procurador César Augusto Grubba, explicou que desde que participou da CPI do Narcotráfico ouviu falar sobre esse assunto. Na continuidade, declarou que é preciso definir as tarefas, as ações de cada uma das Polícias na sociedade, bem como a relação entre poder e força, visto que uma joga o problema no colo da outra; e comentou que se vivencia cotidianamente esse conflito entre as Polícias, citando, na sequência, o fato ocorrido em Imbituba, quando a Polícia Militar prendeu trabalhadores sem-terra. Lamentou a participação do Ministério Público e do Judiciário no referido episódio, bem como a posição da Polícia Militar numa tarefa que constitucionalmente não seria sua. Em relação à profissionalização dos agentes, disse que se a PEC nº 308/2004

ajuda a reconhecer essa categoria, que seja bem-vinda. Sobre a manifestação do Coronel Amauri Meireles, disse que a novidade é que a Polícia Penal não vai ter somente profissionais armados no sistema penitenciário mas, também, profissionais desarmados para discutir ressocialização. Prosseguindo, questionou o percentual de policiais não armados. Explicou que a penitenciária de Chapecó tem apenas um psicólogo para seus apenados, ressaltando que com esse tipo de assistência é impossível alguém se ressocializar. Comentou que há anos se discute a politização do sistema prisional e penitenciário, externando que ocupação de cargos de chefia por pessoas despreparadas é uma afronta aos profissionais concursados. Sugeriu que, paralelo à PEC, se faça um projeto de lei para essa área. Dirigindo-se ao Vereador Itamar, opinou que uma crise às vezes faz bem, posto que faz com que a sociedade pense alternativas. Aproveitou a ocasião para dizer que não é só a sociedade que está insegura em relação às penitenciárias, mas todos os profissionais que lá trabalham, que não é só a segurança externa que preocupa. Sugeriu, também, a criação de um conselho social com a participação dos agentes penitenciários, dos profissionais da segurança no sentido de discutir uma política pública interna juntamente com a externa. Lembrou da sua tradição humanista, destacando que não concorda com violência na sociedade nem no sistema prisional. Revelou que concorda com a tese do representante do Ministério Público, o Senhor Procurador César Augusto Grubba, quanto a se fazer mais investimento em política pública na sociedade, mais direito à saúde, à segurança, à educação, lembrando que muito lutou para a educação pública, que foi autor do projeto do artigo 170. Reiterou que não aceita que um agente torture alguém, que coloque, por exemplo, a cara de um preso dentro de um vaso sanitário a ponto de quase matá-lo, pois que esse não é o seu papel, que tem que haver mecanismos de inteligência, de segurança. Acrescentou que o profissional tem que ser protegido, mas que violência não se resolve com violência. Dito isso, lembrou que as Polícias Civil e Militar conquistaram direitos e que eles mesmos, os agentes penitenciários, alcançaram um plano de carreira porque se mobilizaram, colocaram o pé na estrada, sugerindo que agissem da mesma forma em relação à PEC nº 308/2004 e outras lutas, haja vista que, como eles mesmos haviam falado, politicamente quase não existem para a sociedade, que espera deles somente que não deixem ninguém fugir. Contou que visitou a penitenciária agrícola de Chapecó, na qual viu todo tipo de problema, mas que começou a ser solidário com os que lá trabalham não por questão política e, sim, por questão pessoal. Lamentou a ausência de representação da Secretaria da Segurança Pública, assim como do Deap e da Secretaria de Justiça e Cidadania na audiência pública, visto que poderiam discutir democraticamente um assunto de suma relevância para todos. Explicou que atualmente existem duas Secretarias discutindo segurança pública em Santa Catarina, a Secretaria da Segurança Pública e a Secretaria de Justiça e Cidadania, questionando se não seria melhor a unificação. Na continuidade, recomendou que seja votado ainda esta semana um requerimento no sentido de agilizar a votação da PEC no Congresso, colocando-se à disposição para ir a Brasília para participar do debate. Explicou que em ano eleitoral acontecem poucas votações, mas que também em ano eleitoral são conseguidos alguns avanços que em outros anos não se conseguem. Informou que estão chegando à Alesc, depois de tantas injustiças, uns dez, onze projetos para serem votados em vinte e quatro horas, o que estão chamando de Pacotinho das Bondades, citando como exemplo a descompactação, uma briga de sete anos que tem que ser agora avaliada e votada em vinte e quatro horas, revelando que não sabem se tem pegadinha ou não nas entrelinhas. Na continuidade, mostrou sua indignação com relação a esse tipo de política pública sem discussão nenhuma, como aconteceu na semana anterior. Finalizando, divulgou que como membro da Comissão de Segurança Pública está muito preocupado com a situação, deixando claro que há necessidade de se pensar em um projeto novo para a segurança pública. Em seguida, fez uso da palavra o Senhor Mário Antônio da Silva, que informou que um dos projetos que estão tramitando na Casa está destinando dois mil reais de gratificação para os oficiais da Polícia Militar e dos Bombeiros, que iguala ao abono dos delegados do ano passado, estendendo aos policiais militares e civis duzentos e cinquenta reais de gratificação. Esclareceu que não é contrário a isso, mas que não podem esquecer que na Segurança existe o agente prisional, o monitor e o quadro administrativo, que já está sem o abono de trezentos reais desde o ano passado, o que mostra que está havendo uma discriminação político-governamental tramitando na Casa. Retomando a palavra, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Pedro Uczai, manifestou sua intenção de encaminhar, juntamente com outros deputados, com a bancada, uma emenda no sentido de contemplar o agente penitenciário com um abono, ao que foi aplaudido pela plenária. Fazendo uso da palavra, o Senhor Mário Antônio da Silva informou que estão concluindo as emendas para trazê-las para a Alesc. Na sequência, o Senhor Paulo Cardoso de Bem perguntou se poderia ter acesso ao material apresentando pelo Coronel Amauri Meireles, obtendo como resposta do Senhor Mário Antônio da Silva que já estava

disponibilizado no *site*. Ato contínuo, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Pedro Uczai, abriu a palavra para as considerações finais, manifestando-se inicialmente o Senhor Vereador Itamar Agnoletto, que informou que em Chapecó o sistema prisional é que faz as escoltas e em Florianópolis são os militares. Revelou que nada melhor do que falar com quem realmente trabalha no sistema, que é o agente penitenciário, para receber informações, deixando claro que hoje em muitos locais os agentes penitenciários já vêm desempenhando os papéis que estão na PEC. Finalizando, agradeceu ao Deputado Pedro Uczai pela audiência pública, desejando que a PEC efetivamente seja votada. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Pedro Uczai, registrou a presença do Senhor Moisés Rossi, da OAB de Balneário Camboriú, desejando-lhe um bom retorno e agradecendo pelo apoio na caminhada, e passou às considerações finais, manifestando-se inicialmente o senhor o Senhor Coronel Amauri Meireles, que comentou que o Senhor Procurador César Augusto Grubba, representante do Ministério Público, abordou uma questão muito interessante, qual seja, a simples troca do nome. Observou que é preciso cuidado, que não basta simplesmente trocar o nome e as coisas permanecerem ruins como estão. Quanto à PEC resolver ou não os problemas dos presídios em Santa Catarina (questionamento feito pelo Senhor Procurador César Augusto Grubba), disse que a expectativa é que sim, relatando que em Minas Gerais, de forma até antecipada, os problemas foram resolvidos, não havendo rebeliões. Contou que naquele Estado a ressocialização já começou a ser feita por profissionais contratados; que o que se verifica é que realmente há uma gestão profissional, há uma profissionalização dessa atividade e modernos equipamentos, uma tecnologia toda à disposição da Polícia Penal. Em seguida, deixou claro que é preciso dar condições para que isso aconteça em Santa Catarina, que não basta trocar o nome. Dito isso, informou que poderia disponibilizar para o Sindicato fotos da guarda prisional de Minas Gerais que mostram a realidade lá, que não é fantasia. Dirigindo-se ao senhor Odoni Dias de Castro, falou que quando contou que a guarda prisional de Minas Gerais é profissional, que está armada, equipada, bonita, que há treinamento, reciclagem, ele ficou vermelho e que agora ficaria roxo, porque oitenta por cento dos diretores são agentes penitenciários como ele, o que demonstra que quem entende de preso são os agentes e não o oficial de justiça, o delegado ou o motorista. Expôs que ficou estabelecido que para ser diretor é preciso ter curso superior e que por esse motivo foi feito um TAC com o Ministério Público dando um prazo para que os agentes prisionais que não têm curso superior se matriculem. Prosseguindo, comentou que o que tem de agente em Minas Gerais fazendo curso superior não é brincadeira, porque todos querem ser diretores. Aproveitou a oportunidade para dizer que, se Deus quiser e se o Deputado Pedro Uczai ajudar, isso também será realidade em Santa Catarina, sugerindo que mudassem apenas um pouco o discurso, já que a PEC vem em benefício da sociedade e não do agente. Disse, ainda, que os agentes precisam resgatar a dignidade. Quanto à unificação das Polícias Militar e Civil, opinou que é balela, que acha que cada uma deve cumprir o seu papel, porque se hoje a grande ameaça é o crime, amanhã pode ser uma epidemia de dengue, de AIDS ou de gripe suína, e aí quem vai atuar vigorosamente é a Polícia Sanitária, questionando se vão querer também unificar a força do Estado com a Polícia Sanitária. Já em relação à proporção da ressocialização, explicou que depende do estabelecimento penal, que se for uma casa de custódia, uma casa de albergado, em que os indivíduos estão no sistema semiaberto, já estão começando a se colocar em condições de serem reintegrados à sociedade, então um psicólogo, um assistente social talvez resolva, mas se for um estabelecimento com RDD (Regime Disciplinar Diferenciado), por exemplo, possivelmente será necessário um advogado para dois, três apenados, um psicólogo para dois, três, quatro apenados, porque são indivíduos perigosíssimos que precisam de atenção muito mais rigorosa e vigorosa. Externou que o Estado não pode poupar recursos quando se trata de contratação de profissionais competentes, deixando claro que a ressocialização tem sido relegada porque alguém a está entendendo como custo, como gasto, quando deveria entender que é um investimento. Finalizando, agradeceu a oportunidade de participar da audiência pública. Por sua vez, o Senhor Procurador César Augusto Grubba agradeceu ao deputado pelo convite formulado ao Ministério Público, acrescentando que é sempre uma satisfação se fazerem presentes nesse tipo de audiência pública da Alesc. Disse, ainda, que concorda com o Coronel Amauri Meireles quando diz que gastos com segurança pública não são despesas mas, sim, investimentos; que se o Estado disponibilizar mais recursos para investir na segurança pública, na prevenção e nas políticas públicas, certamente mais na frente vai gastar muito menos. Quanto ao cuidado que se deve tomar em relação à mudança de nome, citou como exemplo o Estado de Minas Gerais, que, por uma ação do governador, por sua vontade política, através de uma lei estadual, resolveu a questão penitenciária, independentemente de aprovação de PEC, até porque essa lei, havendo aprovação de eventual PEC posteriormente, pelo princípio da simetria constitucional, terá de obedecer aos ditames da Constituição Federal. Ato contínuo, endossou as palavras do senhor

Marcelo Boehme, visto que realmente não se deve perder nunca a dignidade, bem como a indignação com determinadas situações. Deixou claro que falava em causa própria, que tem orgulho de dizer que é promotor de Justiça, que tem hoje um bom salário, que tem vontade de acordar cedo para de trabalhar, desejando o mesmo ao agente penitenciário, que da mesma forma merece ser valorizado, orgulhando-se assim da sua profissão. Lembrou que há alguns anos o agente prisional era mais respeitado, assim como o delegado de polícia, o promotor, o juiz, o deputado, mas que está havendo uma inversão de valores, que hoje ninguém respeita mais nada, nem mesmo uma faixa de pedestre. Prosseguindo, enfatizou que o mais importante, independentemente do resultado da PEC e da audiência pública, é discutir o sistema, discutir o que está errado, como ocorreu na quarta-feira passada, na quinta-feira passada e na sexta-feira passada, quando o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCO), cento e onze promotores de Justiça de vinte e dois Estados da Federação, reuniu-se em Florianópolis para discutir operações integradas de combate às ações ilícitas de organizações criminosas. Mencionou que dentro do próprio sistema penitenciário catarinense, como todos os presentes devem saber, já tem grupos criminosos instalados. Em seguida, informou que atualmente o efetivo da Polícia Militar é menor do que há dez anos. Lembrou que a população e a criminalidade cresceram muito nesses dez anos, o que deveria ter acontecido também com o efetivo da Polícia Militar. Finalizou declarando que toda grande caminhada começa com um primeiro passo. Retomando a palavra, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Pedro Uczai, agradeceu a presença de todos e informou que no ano de dois mil e três o Estado arrecadou em torno de cinco bilhões e que sete anos depois já são onze, doze bilhões, significando que o PIB que Santa Catarina está gastando para custeio da máquina pública é somente sete por cento. Explicou que investir parte do PIB em segurança pública não é gasto, é investimento, é lucro; que o Estado tem que fazer política pública de educação, de saúde, de segurança no campo e na cidade. Ato contínuo, convidou todos para a luta, relatando que há três anos era chamado de louco por lutar pelo salário estadual, o que três anos depois virou realidade. Lembrou, ainda, a luta dos agentes pelo plano de carreira, que também virou realidade. Dito isso, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública.

DEPUTADO DARCI DE MATOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPUTADO PEDRO UCZAI
PROPONENTE
*** X X X ***

EXTRATOS

RERRATIFICAÇÃO DO EXTRATO Nº 038/2010

Diante de lapso de secretaria, altera-se a vigência do Convênio Nº 024/2010, rerratificando-se o Extrato CL nº 038/2010, publicado em 16/03/2010, conforme segue:

*EXTRATO Nº 038/2010

REFERENTE: Convênio CL n.º 024/2010-00 celebrado em 05/04/2010.

CONVENIENTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC

CONVENIENTE: SENADO FEDERAL

OBJETO: Estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA no PROGRAMA INTERLEGIS II, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Empréstimo nº 1864 OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Autorização Administrativa.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência coincidente com a duração do PROGRAMA INTERLEGIS II, em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

Florianópolis, 05 de abril de 2010

Deputado Gelson Merísio - Presidente da ALESC

Heráclito de Sousa Fortes - Primeiro Secretário do Senado Federal"

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

Extrato N.º 046/2010

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 005/2010 celebrado em 05/04/2010.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Fexponace (Fundação Promotora de exposições, feiras, eventos turísticos, culturais e esportivos de Ituporanga).

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico, incluindo 20 ingressos/credenciais para o acesso livre, na XIX Feira Nacional da Cebola que acontecerá no município de Ituporanga no período de 06 a 11 de abril de 2010.

- fixação de *banner* institucional;
 - cessão de espaço físico para instalação de estande;
 - utilização de símbolo/logomarca institucional;
 - divulgação e distribuição de material institucional.
 VALOR GLOBAL: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0014/2010.
 ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).
 Florianópolis, 05 de abril de 2010.
 Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

*** X X X ***

Extrato N.º 047/2010

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 003/2010 celebrado em 05/04/2010.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de Santa Catarina- AACRIMESC

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) Cota de Participação no III Simpósio dos Advogados Criminalistas de Santa Catarina que acontecerá na cidade de Florianópolis SC nos dias 14 e 15 de maio de 2010.

VALOR GLOBAL: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 13, inciso VI art. 25 da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 002/2009.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 05 de abril de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 030/10****ASSOCIAÇÃO SANTA LUIZA DE MARILLAC**

Joinville, 29 de março de 2010

Exmo. Sr. Jailson Lima
 Presidente da Assembléia Legislativa
 Florianópolis

Estamos enviando em anexo o balanço financeiro anual e relatório de atividades referente ao ano de dois mil e nove (2009) da Associação Santa Luiza de Marillac, e documentos concernentes para a Vossa apreciação.

Atenciosamente,

Tesoureira

*Lido no Expediente**Sessão de 07/04/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 031/10**ASSOC. DE APOIO A REAB. PESSOAS NECESSITADAS**

Encaminha O Relatório de Atividades da Associação de Apoio à Reabilitação de Pessoas Necessitadas - AARPN, de Joinville, referente ao exercício de 2009.

*Lido no Expediente**Sessão de 07/04/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 032/10**APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TIMBÓ**

Ofício nº 046/2010 Timbó, 19 de março de 2010.

A

Presidência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
 Florianópolis - SC

Ilustríssimo Senhor,

Pelo presente estamos encaminhando em anexo os documentos necessários para a manutenção do status de Utilidade Pública Estadual, conforme relacionados a seguir:

- Relatório Circunstanciado de 2009
- Declaração de que cumpre com os requisitos exigidos para concessão de Utilidade Pública Estadual
- Cópia autenticada do estatuto.
- Balancete.

Na certeza de contar com a mesma atenção que sempre dispensou para o movimento apaeano, enviamos nossos sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

Elisabeth Germer

Presidente da APAE do Timbó/SC

*Lido no Expediente**Sessão de 07/04/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 033/10**CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS**

Joinville, SC, 30 de março de 2010

A Assembléia Legislativa
 Coordenadoria de Documentação
 Florianópolis (SC)

A Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas - CICAF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.602.533/0001-08, com sede à Rua Desembargador Nelson Nunes Guimarães, 346, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, SC, Associação religiosa, constituída em direito civil e privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica (cfe artigo 1º do Estatuto Social), reconhecida como de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 5.105 (28.05.1975), apresenta a Prestação de Contas Anual - o **Relatório da Assistência Social** realizada, no exercício 2009, de acordo com o **Programa Educação para a Cidadania**.

Atenciosamente,

Tereza Valler - Presidente

Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas

*Lido no Expediente**Sessão de 07/04/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 034/10**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO ITINGA**

OF. 012/2010

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Joinville, 22 de março de 2010.

Senhores:

Apresentamos o Relatório de Atividades de 2009, circunstanciado dos serviços que foram prestados a coletividade, ata de posse da atual diretoria, plano de metas 2010, bem como o relatório financeiro atestando o pleno funcionamento da AMORABI - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga.

Atenciosamente,

Sérgio Aristides Corrente

Presidente da Amorabi

*Lido no Expediente**Sessão de 07/04/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 035/10**CORPO DE BOMBEIRO VOLUNTÁRIOS DE POMERODE**

Ofício nº. 11/2010

Pomerode -SC, em 26 de março de 2010

Exmo Sr.

Deputado GELSON MERÍSIO

DD Presidente Alesc

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-vos cordialmente, vimos mui respeitosamente solicitar a Vª. Sª., a renovação do nosso Título de Utilidade Pública Estadual. Para tal e de acordo com a Lei nº. 13.663 de 28 de dezembro de 2005, Art. 3º, anexamos os documentos abaixo relacionados:

1. Relatório circunstanciado de Atividades ref ao exercício de 2009;
2. Cópia autenticada do Balanço Patrimonial encerrado em, 31.12.09; e
3. Declaração da entidade, registrada em cartório, consignado a data de todas as alterações estatutárias e confirmando o cumprimento das exigências do inciso VI, art. 2º desta Lei.

Sendo o que se apresentava para o momento, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

MANFRED ACHTERBERG

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 07/04/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 036/10**Associação Joinvilense de Organizações Sociais**

Ofício AS 008/2010

A

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Sr. Gerson Merísio - Presidente da Assembléia Legislativa

Vimos por meio deste, encaminhar os documentos relativos à manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual previsto no art. 3º da Lei Estadual nº. 14.182 de 01 de Novembro de 2007: Relatório Anual de Atividades; Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública e Balancete Contábil; Novo Estatuto Social.

Agradecemos a atenção, e nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimento.

Amanda Pickler

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 07/03/10*

*** X X X ***

Ofício SCA/GABS nº PRCC 1401106.1

Florianópolis, 25 de março de 2010

Excelentíssimo Senhor

Deputado **GELSOM MERÍSIO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para retificar os termos do Ofício SCA/GABS nº PRCC 1401/106, informando que retornarei ao meu assento nesse Parlamento no dia **31 de março de 2010**, em razão de haver solicitado minha exoneração do cargo de Secretário de Estado de Coordenação e Articulação.

Atenciosamente,

VALDIR VITAL COBALCHINI

Secretário de Estado

Lido no Expediente

Sessão de 07/04/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 413, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência relativo à lotação do servidor a disposição **CARLOS LEOMAR KREUS**, do gabinete do Deputado Carlos Alberto Chiodini para o gabinete do Deputado Valdir Vital Cobalchini, a contar de 02 de abril de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 414, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor **LUIZ LEÔNIDAS LOPES**, matrícula nº 1413, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Serviços Gráficos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **ANGELINO SAVIO QUARTIERO**, que se encontra em fruição de licença-prêmio por sessenta dias, a contar de 05 de abril de 2010 (DTI - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 415, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOSE ROBERTO PALUDO**, matrícula nº 3608, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de abril de 2010 (Gab Dep Pedro Uczai).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 416, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **JOSE ROBERTO PALUDO**, matrícula nº 3608, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 7 de abril de 2010 (Gab Dep Pedro Uczai).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 417, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VIRLEI EDSON DA COSTA**, matrícula nº 6205, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2010 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 418, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PAULO ROBERTO MALUCHE DE BRAGA**, matrícula nº 6199, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2010 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 419, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MARIO CEZAR LEHMANN**, matrícula nº 6202, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2010 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 420, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **GILBERTO JOAO MORSH**, matrícula nº 6250, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2010 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 421, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **CARLOS LUIZ TAMANINI**, matrícula nº 6247, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2010 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 422, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **EDIVAINÉ BARRO**, matrícula nº 5985, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de abril de 2010 (Gab Dep Gelson Merísio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 423, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, NOMEAR EDIVAINÉ BARRO, matrícula nº 5985, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 7 de abril de 2010 (Gab Dep Gelson Merisio).*
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 424, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, NOMEAR CARMEN IRENE SCHWEITZER PAULI, matrícula nº 2703, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luiz Eduardo Cherm).*

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 425, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, NOMEAR ANA MARIA LIMA DE CARVALHO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gelson Merisio).*

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 426, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: **LOTAR** o servidor **CLAYTON AVILA ALVES**, matrícula nº 1844, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, código PL/ASI-58, na DL - Coordenadoria de Publicação.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 427, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: **LOTAR** a servidora **LEDA DA APARECIDA PEREIRA HUPPI**, matrícula nº 1947, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, no Gabinete da Presidência.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 428, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: **LOTAR** o servidor **LUIZ HENRIQUE BELLONI FARIA**, matrícula nº 0633, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-63, no Gabinete da Presidência.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 429, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: **LOTAR** o servidor **PAULO ROBERTO ARENHART**, matrícula nº 1597, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-60, na Diretoria de Comunicação Social.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 430, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ADIR SCHUTZ**, matrícula nº 6037, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 431, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **ADIR SCHUTZ**, matrícula nº 6037, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 432, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ADRIANA VIEIRA BRIGIDO**, matrícula nº 5598, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 433, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **ADRIANA VIEIRA BRIGIDO**, matrícula nº 5598, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 434, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LUIZ CESAR GUIMARAES MARCAL**, matrícula nº 4135, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 435, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **LUIZ CESAR GUIMARAES MARCAL**, matrícula nº 4135, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 436, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 008/2010.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Vianna	
2543	Juçara Helena Rebelatto	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 437, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR FRANCÉLISE MARTINI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Pedro Uczai).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 438, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na sequência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Oli de Oliveira	2603	3%	6%	26/03/10	0555/10
Volmar Gandolfi	4525	3%	3%	13/03/10	0554/10
Juliano Ranzolin	3815	3%	9%	01/03/10	0552/10
Jairo Alcioneu Duarte	5450	3%	3%	15/03/10	0553/10
Rubens Manoel Justino	1838	3%	33%	20/03/10	0586/10
Eraldo Peruchi	2290	3%	15%	14/03/10	0556/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 439, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo	Quinquênio	Processo nº
1451	Bernadete Rebelo de Souza	18/03/04	17/03/09	0584/10
1920	Marlise Kupas Soares	12/03/05	11/03/10	0551/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 440, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Pedro Uczai **ILTON PEDRO VOGT**, Professor, nível-MAG-2-A, matrícula nº 282.068-4-03, servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Educação, colocado à disposição na Assembléia Legislativa pelo Ato nº 567, de 30 de março de 2010, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2003-8. Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 441, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Edison Andrino **VILMAR ASTROGILDO TUTA DE SOUZA**, Agente de Polícia Civil, nível-SP-PC-AAP-06-A, matrícula nº 187.914-6-01 servidor do Poder Executivo - Secretaria de Segurança Pública, colocado à disposição na Assembléia Legislativa pelo Ato nº 524, de 25 de março de 2010, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2003-8. Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 442, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Cesar Souza Junior **MARIA GORETT GONÇALVES**, Analista Técnico em Gestão de Infra-Estrutura servidora do Poder Executivo - DEINFRA, colocada à disposição na Assembléia Legislativa pelo Ato nº 498, de 22 de março de 2010, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2003-8. Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 443, de 07 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0550/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER ao servidor **FAUSTO BRASIL GONÇALVES**, matrícula nº 0513, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 26 de março de 2005 e 25 de março de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 099/10

Declara de utilidade pública a Associação Cultural, Social e Comunitária de Palmeira.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural, Social e Comunitária de Palmeira, com sede no município de Palmeira.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ozair Polaco

Lido no Expediente
Sessão de 07/04/10

JUSTIFICATIVA

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural, Social e Comunitária de Palmeira.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos e que tem por finalidade promover e defender as atividades culturais, artísticas, educacionais, esportivas, científicas, de comunicação e de informação e incentivar a participação, organização e solidariedade, entre outras ações em benefício da população e do município de Palmeira.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo àquela entidade, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 100/10

Altera a Lei nº 13.336, de 2005, que Institui o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - Funcultural, o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo - Funturismo e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte - Fundesporte, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - Seitec, e estabelece outras providências.

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 13.336, de 8 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º.....

§1º Os recursos provenientes do inciso IV deste artigo serão creditados diretamente à conta do Fundesporte pelo agente operador da respectiva modalidade.

§2º Do total dos recursos arrecadados pelo Fundesporte, vinte por cento serão destinados exclusivamente ao financiamento de projetos que envolvam esportes de rendimento, em modalidades esportivas integrantes dos programas dos jogos olímpicos e paraolímpicos abrangidos pelo Comitê Olímpico Brasileiro - Cob, e Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB.

§3º Os recursos de que trata o § 2º deverão ser aplicados nas atividades específicas de preparação e treinamento de atletas ou equipes e na capacitação de treinadores nas diversas modalidades esportivas integrantes dos programas dos jogos olímpicos e paraolímpicos abrangidos pelo Comitê Olímpico Brasileiro - Cob, e Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB.

§4º Os projetos financiados pelos recursos previstos no § 2º deverão ser aprovados pelo Conselho Estadual de Esportes e atender às seguintes condições:

I - que os atletas sejam atuantes e registrados em entidade de administração do desporto, com sede no Estado de Santa Catarina, e que seja filiada a respectiva entidade nacional de administração do desporto, que por sua vez deverá ser filiada ao Comitê Olímpico Brasileiro - Cob, ou Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB;

II - que os atletas comprovem participação em competições estaduais, nacionais ou internacionais;

III - que os atletas em idade escolar comprovem a frequência e o aproveitamento escolar;

IV - que os treinadores estejam inscritos no Conselho Regional de Educação Física; e

V - que as entidades apresentem Certificado de Registro de Entidade Desportiva - CRED, expedido pelo Conselho Estadual de Esportes."(NR)

Art. 2º Fica revogada a Lei nº 13.719, de 2 de março de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Cesar Souza Júnior

Lido no Expediente
Sessão de 07/04/10

JUSTIFICATIVA

Santa Catarina é um dos poucos Estados que possuem fonte de financiamento público para o esporte, o Fundesporte, instituído pela Lei nº 13.336, de 8 de março de 2005.

Ocorre que no atual formato de financiamento, todos os projetos enquadrados como esportivos disputam os mesmos recursos e acabam beneficiados os que, estando de acordo com as exigências legais, reúnem maior capacidade de mobilização política.

Assim, as mais variadas atividades de lazer têm à disposição os mesmos recursos dos projetos de aprimoramento e aprendizado esportivo para as chamadas modalidades olímpicas e paraolímpicas.

Com a confirmação do Brasil como sede das olimpíadas de 2016, temos uma chance única de largar na frente e estabelecer em legislação um percentual fixo do Fundesporte, destinado exclusivamente a projetos que envolvam esportes olímpicos e paraolímpicos, selecionados em rigorosa avaliação realizada pelo Conselho Estadual de Desporto - Ced, reunindo, desta forma, as condições para se estabelecer no Estado centros de desenvolvimento e pesquisa e de treinamento de atletas olímpicos e paraolímpicos nas diversas modalidades.

Para citar alguns, já temos aqui experiência, instalações e equipamentos ótimos para natação, tênis, algumas provas de atletismo (provas de rua), ciclismo de estrada, *mountain bike*, futsal (que deverá ser incluído nos jogos do Rio de Janeiro), algumas modalidades de vela, rúgbi e outros.

Ressalte-se ainda que temos muitas faculdades de educação física por todo o Estado, garantindo pessoal e conhecimento tecnológico para esta finalidade. Além disso, nosso Estado tem características de renda e de etnia que concorrem para o aparecimento de grande quantidade de vocações esportivas.

Dessa forma, sugiro que o percentual de vinte por cento do referido fundo tenha como destinação exclusiva o financiamento de projetos que envolvam esportes olímpicos e paraolímpicos.

Assim, por meio deste projeto de lei será possível garantir, em caráter permanente, recursos voltados à preparação e treinamento de atletas ou equipes nas diversas modalidades esportivas, integrantes dos programas dos jogos olímpicos e paraolímpicos abrangidos pelo Comitê Olímpico Brasileiro - Cob, e Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB, e na capacitação de treinadores das respectivas modalidades, inscritos no Conselho Regional de Educação Física, gerando emprego para mão-de-obra qualificada na área esportiva.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 101/10

Altera disposições da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983.

Art. 1º A Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 62.....

VI - requerida com transferência automática para a reserva remunerada.

§ 8º Será promovido ao posto de Coronel o Tenente Coronel das Instituições Militares do Estado pertencente ao QOPM ou QOBM, contando no mínimo com 32 (trinta e dois) anos de serviço se for do sexo masculino e 27 (vinte e sete) anos se for do sexo feminino, que requerer promoção à Comissão de Promoção de Oficiais PM ou BM, não sendo exigidos outros requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 9º O requerimento que trata o § 8º deste artigo deverá ser protocolizado até 20 (vinte) dias antes das datas de promoção prevista na legislação em vigor.

§ 10º O Coronel promovido com base no inciso VI deste artigo passará automaticamente para a reserva remunerada, na data de sua promoção."

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado César Souza Junior

Lido no Expediente
Sessão de 07/04/10

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de Lei Complementar visa possibilitar que os Tenentes-Coronéis da PMSC, com mais de 32 anos de serviço se homem e 27 anos se mulher, possam acessar ao topo da carreira policial militar, depois de dedicarem toda sua vida produtiva à sociedade catarinense sem terem sido promovidos por inexistência de vagas.

Ao imprimir esta nova proposta de sistemática de promoção, será possibilitado um fluxo contínuo de carreira e uma motivação aos oficiais contemplados, proporcionando uma satisfação interna maior, o que se refletirá na melhora da qualidade do serviço prestado.

Na última alteração realizada no artigo 62 da Lei nº

6.218, de 10 de fevereiro de 1983 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina), foi criada a modalidade de promoção "**por tempo máximo de permanência no posto ou graduação**", no entanto, esta alteração prevista na Lei nº 13.357, de 02 de junho de 2005, não contemplou os Tenentes-Coronéis, deixando estes oficiais com uma única e pequena chance de alcançarem o último posto da Corporação.

Nesta modalidade de promoção proposta, os Tenentes-Coronéis que tiverem completado o tempo previsto serão promovidos, por requerimento próprio, e transferidos para a reserva remunerada ato contínuo, o que fará com que os oficiais de postos inferiores, também tenham possibilidade de ascender na carreira corrigindo uma distorção que está fazendo com que muitos oficiais completem o tempo de serviço e passem para a reserva remunerada apenas como major ou tenente-coronel, não tendo o coroamento tão almejado na sua carreira.

Oportuno destacar, que a Lei nº 6.215, de 10.02.1983, que dispõe sobre Promoção de Oficiais da Polícia Militar do Estado, prevê que: "*Art. 1º - Esta Lei estabelece os critérios e as condições que asseguram aos Oficiais da ativa da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, acesso na hierarquia policial-militar, mediante promoção, de forma seletiva, gradual e sucessiva*". E logo na sequência, preconiza: "*Art. 3º - A forma gradual e sucessiva resultará de um planejamento para a carreira dos Oficiais da Polícia Militar, organizado na PM.*"

Portanto, denota-se que a própria legislação quer assegurar aos Oficiais das Instituições Militares estaduais uma carreira que tenha início, meio e, principalmente, "fim", ou seja, que estes cheguem, mesmo que na reserva remunerada e após um tempo mínimo de serviço ao último posto, o de Coronel, seja PM e/ou BM.

Ao longo da história recente da Polícia Militar, de onde também são oriundos os Oficiais mais antigos do novo e autônomo Corpo de Bombeiros Militar, foram cometidos alguns equívocos, incluindo novos Oficiais em número superior àqueles que a legislação da época comportaria. Assim, leis foram aprovadas para adequação dessa nova realidade. Ocorre que, tal modificação gerou um fluxo na carreira militar até o posto de Tenente-Coronel, onde por força legal formou-se um verdadeiro "gargalo", com a ascensão de poucos ao último posto das Corporações, qual seja, o de Coronel.

Cabe ressaltar, ademais, que em sendo realizada através de requerimento próprio, esta promoção não atingirá os Tenentes-Coronéis que desejarem permanecer na modalidade ora existente de promoção ao posto de Coronel e continuarem na ativa após serem promovidos, mas, mesmo para estes, ela trará melhorias através da diminuição do número de postulantes às poucas vagas existentes.

A não exigência do cumprimento do inciso III do artigo 8º do Decreto nº 19.236, de 14 de março de 1983, no que tange ao requisito de ter realizado o Curso Superior de Polícia Militar - CSPM para entrar no Quadro de Acesso à Promoção ao posto de Coronel, se deve a um fator de economia para o Estado, uma vez que o referido curso é pago pelo mesmo e serve tão somente para habilitar o oficial ao exercício das funções de Coronel, não sendo necessário na modalidade de promoção ora proposta, já que o oficial será transferido para a reserva remunerada tão logo seja promovido.

A aprovação desta proposta de Lei não trará gasto significativo para o Estado, pois, além da economia com o CSPM, os oficiais que preenchem os requisitos e desejam esta modalidade de promoção não são em número tal que acarretem uma despesa de grande aporte financeiro.

De se ressaltar que, tal proposição não contraria legislação federal e já é adotado em outros Estados, a exemplo do Rio de Janeiro. Por se tratar de assunto de extrema relevância, é que solicito apoio dos demais pares para aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 102/10

Dispõe sobre a tarifação reduzida, no horário noturno, para o consumo de energia elétrica em atividades produtivas de pequenos produtores rurais e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a tarifação reduzida, no horário noturno, para o consumo de energia elétrica em atividades produtivas da agricultura familiar.

Art. 2º Para os fins desta Lei, a tarifação reduzida implicará no desconto de 90% (noventa por cento) para toda e qualquer atividade produtiva desenvolvida por pequenos produtores rurais, durante o período noturno, compreendido entre os horários de 21h30min às 6 horas do dia seguinte.

Art. 3º Fica determinada às Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, a instalação, subsidiada em 70% (setenta por cento) para os pequenos produtores rurais, de medidores diferenciados de energia elétrica, registradores da tarifação reduzida no horário noturno.

§ 1º - A classificação dos consumidores de que trata o "caput" deste artigo será aferida mediante declaração que poderá ser expedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA -, e pelas Secretarias Municipal ou Estadual de Agricultura.

§ 2º - Os consumidores deverão solicitar a instalação do medidor diferenciado de tarifação reduzida de energia elétrica junto à Celesc mais próxima de seu domicílio.

Art. 4º Para efeitos desta Lei considera-se pequeno produtor rural o agricultor familiar que se enquadra no PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, mediante edição de decreto.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 07/04/10

JUSTIFICATIVA

A proposição em tela, parte da mesma concepção geral formalizada pela Portaria 105 da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, que determina uma tarifação diferenciada, denominada Tarifa Verde, permitindo descontos de 60 a 90% na tarifa dos produtores rurais, resultante do emprego de energia elétrica no uso de irrigadores, no período de 21h30min a 6 horas.

Ampliando este dispositivo, o presente Projeto de Lei parte do princípio de que a política de desenvolvimento rural catarinense deve ser compatível com a dignidade dos produtores, com as normas e os princípios de proteção ambiental, e com a sua realidade econômica. A importância do trabalho na pequena produção agrícola está determinada pela proteção à diversidade e pela sua estratégia na garantia alimentar. Todos os núcleos produtivos desenvolvidos pela agricultura familiar devem receber estímulos de políticas públicas.

Portanto, não somente as atividades que requerem o uso de irrigadores, mas toda e qualquer atividade produtiva, desenvolvida pelo pequeno produtor, durante o período noturno, compreendido entre os horários de 21h30min às 6 horas do dia seguinte, terão um desconto de 90 (noventa por cento) no pagamento de suas tarifas de energia elétrica. Para isso, será necessário proceder à instalação subsidiada de medidores capazes de registrar não somente a quantidade de energia elétrica consumida, mas também o horário em que se deu esse consumo, estabelecendo tarifação diferenciada de acordo com o horário.

Este será um importante incentivo aos pequenos produtores rurais que utilizam as máquinas de aeração nos açudes, de ventilação nos aviários, enfim, para todo e qualquer equipamento movido à energia elétrica, necessário para a atividade produtiva no campo, compatível de funcionamento no período noturno. A medida incentivadora, além de colaborar com o resultado dos custos de produção, contribui com a eficiência energética, uma vez que incentiva para que ocorra a diminuição da sobrecarga no sistema elétrico registrada em horários no período matutino e vespertino.

Finalmente, a matéria tramita à disposição dos ajustes eventuais de mérito em seu texto, da qual submeto ao julgamento dos (as) ilustres Pares nesta Casa Legislativa, a quem peço o apoio, face às preocupações acerca do necessário estímulo ao desenvolvimento das unidades familiares de produção e à garantia do abastecimento interno do Estado.

*** X X X ***